

Relatório e Contas

2023

Sindicato da Banca, Seguros e Tecnologias

INDICE

INTRODUÇÃO

I Relatório de Atividades | 5

1 Sócios e Beneficiários | 6

2 Atividade Desenvolvida | 7

2.1. Atividade Sindical | 7

2.1.1. Ação Sindical

2.1.2. Serviços de Cultura, Desporto e Lazer

2.2. SAMS – Serviços de Assistência Médico-Social | 8

2.2.1. Prestação de Serviços de Saúde

2.2.2. Atribuição de Comparticipações e Subsídios

2.3. USP – Unidade de Serviços Partilhados | 10

3 Organização e Recursos | 11

3.1. Gestão | 11

3.2. Recursos Humanos | 12

3.3. Instalações | 13

4 Situação Económica e Financeira | 14

4.1. Análise Económica | 14

4.2. Análise Financeira | 16

4.3. Principais Agregados Económico-Financeiros | 17

II Demonstrações Financeiras | 18

1 Balanços | 19

2 Demonstrações dos Resultados por Naturezas | 20

3 Demonstrações dos Fluxos de Caixa | 21

4 Demonstrações das Alterações nos Fundos Patrimoniais | 22

Anexo às Demonstrações Financeiras | 23

Proposta de Aplicação de Fundos | 55

INTRODUÇÃO

Em linhas gerais regista-se que no final de 2023, o Mais Sindicato tinha 33.524 sócios, enquanto o SAMS contava com 87.094 beneficiários (dos quais 47.600 eram titulares, enquanto os restantes eram membros dos respetivos agregados familiares).

As reduções observadas estão principalmente relacionadas com a diminuição da empregabilidade no setor bancário, a eliminação de postos de trabalho, a reestruturação dos quadros de pessoal, as reformas, para além da natural taxa de mortalidade.

Ocorreu também uma diminuição no número de beneficiários e sócios. No entanto, em relação aos beneficiários, destaca-se o aumento no número de titulares.

Com o objetivo de maximizar a capacidade instalada internamente e assegurar uma utilização eficaz dos recursos disponíveis, foi reforçado um processo de aumento progressivo da contratação com entidades financiadoras externas.

Os sócios e os beneficiários são o motivo e os destinatários das atividades realizadas nas várias áreas nomeadamente no que concerne aos serviços de cultura, desporto e lazer que em 2023 registou um aumento de 13% na adesão às atividades desenvolvidas.

Os serviços oferecidos nas unidades de saúde do SAMS também refletem um aumento na procura e, consequentemente, a confiança dos beneficiários nos serviços disponíveis.

A contribuição mais eficaz para garantir a sustentabilidade do nosso sistema de saúde e o seu futuro sempre envolverá a otimização da nossa capacidade instalada e a diversificação das nossas fontes de financiamento.

No âmbito do SAMS em 2023, o montante total das Comparticipações atribuídas alcançou os 37,0 milhões de euros, representando um aumento global de 1,8 milhões de euros.

O valor global dos benefícios atribuídos aos beneficiários, correspondentes tanto à atribuição de comparticipações pelo recurso a entidades externas (entidades convencionadas e regime livre), quanto aos descontos efetuados pelo recurso à prestação interna nas unidades de saúde do SAMS, totalizou 93,2 milhões de euros.

Deve-se transmitir aos beneficiários as vantagens de optar pelos serviços que prestamos internamente, os quais são realizados de forma mais eficaz e a um custo inferior quando comparados com a utilização de entidades externas.

“As reduções observadas estão principalmente relacionadas com a diminuição da empregabilidade e no setor bancário, a eliminação de postos de trabalho, a reestruturação dos quadros de pessoal, as reformas, para além da natural taxa de mortalidade.”

“...para garantir a sustentabilidade e do nosso sistema de saúde e o seu futuro sempre envolverá a otimização da nossa capacidade instalada e a diversificação das nossas fontes de financiamento.”

INTRODUÇÃO

“Manteve-se o empenho e o rigor na gestão financeira do MAIS.”

“...merece destaque a evolução positiva dos resultados do SAMS, devido a um conjunto de medidas estratégicas que foram implementadas. ..”

“2023 registou o resultado líquido do exercício positivo, atingindo 1,5 milhões de euros.”

Também pelo mesmo motivo, o de corresponder às expetativas dos sócios e beneficiários, é fundamental garantir a sustentabilidade dos serviços prestados e para isso manteve-se o empenho e o rigor na gestão financeira do MAIS.

Em 2023, merece destaque a evolução positiva dos resultados do SAMS, devido a um conjunto de medidas estratégicas que foram implementadas no decorrer do ano, nomeadamente:

- aumento dos valores das tabelas de prestação de serviços;
- ajuste dos valores de copagamentos na prestação interna de serviços e nas participações no exterior;
- reforço do financiamento do SAMS, através do aumento das parcerias com entidades financiadoras externas; e
- renegociação dos principais contratos, no sentido de conseguir preços mais acessíveis.

Por isso, em termos de situação económica e financeira, 2023 registou um resultado líquido do exercício é positivo, atingindo 1,5 milhões de euros.

I RELATÓRIO DE ATIVIDADES

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

- 1 Sócios e Beneficiários | [6](#)
- 2 Atividade Desenvolvida | [7](#)
- 3 Organização e Recursos | [11](#)
- 4 Situação Económica e Financeira | [14](#)

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. SÓCIOS E BENEFICIÁRIOS

No final de 2023, o Mais Sindicato tinha 33.524 sócios, enquanto o SAMS contava com 87.094 beneficiários (dos quais 47.600 eram titulares, enquanto os restantes eram membros dos respetivos agregados familiares).

As reduções observadas estão principalmente relacionadas com a diminuição da empregabilidade no setor bancário, devido à eliminação de postos de trabalho, à reestruturação dos quadros de pessoal e às reformas.

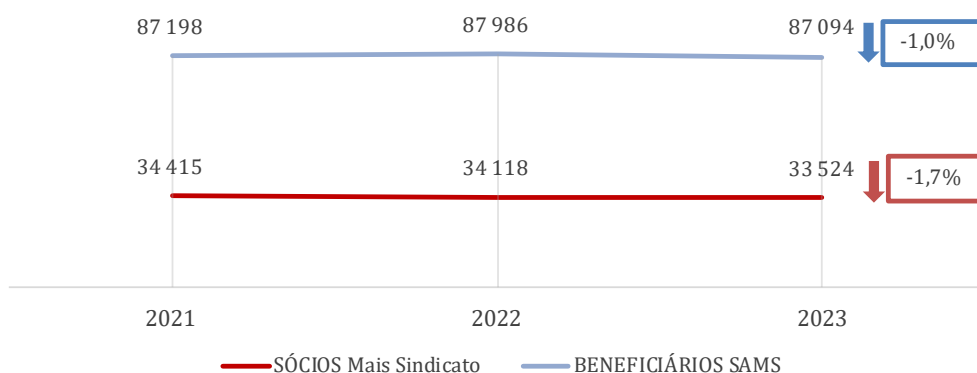
Em 2023, houve uma diminuição no número de beneficiários e sócios. No entanto, em relação aos beneficiários, destaca-se o aumento no número de titulares.

Os sócios e os beneficiários (para o Mais Sindicato e para o SAMS, respetivamente) são o motivo e os destinatários das atividades realizadas.

Além disso, especialmente no caso do SAMS, com o objetivo de maximizar a capacidade instalada internamente e assegurar uma utilização eficaz dos recursos disponíveis, foi reforçado um processo de aumento progressivo da contratação com entidades financiadoras externas.

SÓCIOS E BENEFICIÁRIOS	2023	2022	2021	Variação (%)	
	Nº	Nº	Nº	23/22	22/21
SÓCIOS Mais Sindicato	33 524	34 118	34 415	-1,7	-0,9
BENEFICIÁRIOS SAMS	87 094	87 986	87 198	-1,0	0,9
Titulares	47 600	47 457	46 109	0,3	2,9
Familiares	39 494	40 529	41 089	-2,6	-1,4

EVOLUÇÃO DOS SÓCIOS E BENEFICIÁRIOS



I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

2.1. Atividade Sindical

2.1.1. Ação Sindical

O Mais Sindicato desenvolve iniciativas e ações, no âmbito especificamente sindical, que se torna difícil quantificar.

Salientam-se as seguintes áreas de intervenção:

- Vida institucional, incluindo Conselhos Gerais e reuniões com a estrutura sindical e com trabalhadores bancários, no âmbito do Mais Sindicato;
- Contratação coletiva, com relevo para a revisão de instrumentos reguladores de trabalho (IRCT), impactos de medidas governamentais nas remunerações dos trabalhadores e nas reformas, acompanhamento da gestão de Fundos de Pensões, etc.;
- Cooperação e participação em organizações onde o Sindicato está filiado, como a Febase, UGT e UNI.

2.1.2. Serviços de Cultura, Desporto e Lazer

O Mais Sindicato proporciona, para os seus associados e familiares e, em alguns casos, também para outros utentes, um conjunto amplo e diversificado de ações, movimentando uma quantidade muito significativa de pessoas (próximo de 37.000 atividades, em média nos últimos anos). Em 2023, registou-se um aumento de 13% na adesão às atividades desenvolvidas.

Serão de distinguir, neste domínio:

- Serviços prestados diretamente pelo Mais Sindicato, em instalações próprias e dedicadas, como o Centro de Férias e Formação e Parque de Campismo e Caravanismo;
- Serviços de Formação e Cursos de Valorização Artística, organizados e geridos pelo Mais Sindicato;
- Atividades Desportivas, em múltiplas modalidades;
- Disponibilização de Alojamentos para Férias e de Viagens e Passeios.

CULTURA, DESPORTO E LAZER	2023		2022	2021	Variação (%)	
	Nº	(%)	Nº	Nº	23/22	22/21
Parque de Campismo e Caravanismo	38 643	81%	33 861	18 757	14%	81%
Centro de Férias e Formação	7 331	15%	6 913	542	6%	>100%
Alojamento para Férias (Aluguer)	962	2%	969	731	-1%	33%
Viagens e Passeios	40	0%	107	93	-63%	15%
Atividades Desportivas	319	1%	297	222	7%	34%
Cursos de Valorização Artística (GRAM)	78	0%	71	71	10%	0%
Formação (Profissional e Sindical)	220	0%	0	38	-	-100%
TOTAL	47 593	100%	42 218	20 454	13%	106%

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

2.2. SAMS – Serviços de Assistência Médico-Social

2.2.1. Prestação de Serviços de Saúde

A atividade de prestação direta de cuidados de saúde é desenvolvida através de uma rede constituída por:

- Serviços de Ambulatório:
 - Centro Clínico de Lisboa (Rua Fialho de Almeida);
 - 17 Clínicas SAMS (Almada, Amadora, Barreiro, Odivelas, Parede, Santarém, Torres Vedras, SAMS ISCTE, Angra do Heroísmo, Castelo Branco, Covilhã, Évora, Faro, Funchal, Horta, Ponta Delgada e Tomar);
- Hospital SAMS (Lisboa);
- Lar de Idosos (Brejos de Azeitão).

Têm acesso aos serviços prestados internamente pelas Unidades de Saúde (Centro Clínico, Clínicas SAMS e Hospital):

- Os beneficiários do SAMS;
- Os sócios do Mais Sindicato;
- Os utentes-familiares (dos sócios do Mais Sindicato);
- Os utentes abrangidos por Protocolos, Acordos, Parcerias e Seguradoras;
- Beneficiários dos SAMS do Centro e do Norte;
- Utentes privados.

Em 2023, a atividade nas Unidades de Saúde do SAMS, evidencia-se no quadro apresentado.

NATUREZA	2023 Nº	2022 Nº	2021 Nº	Nº de Atos Variação (%)	
				23/22	22/21
Consultas	410 964	394 019	373 187	4%	6%
MCDT	1 296 056	1 294 853	1 176 006	0%	10%
Cardiologia	33 877	33 808	32 437	0%	>100%
Patologia Clínica	1 030 178	1 037 297	941 416	-1%	10%
Anatomia Patológica	25 755	25 544	23 566	1%	8%
Imagiologia	143 448	138 513	131 874	4%	5%
Outros Exames	62 798	59 691	46 713	5%	28%
Tratamentos	484 548	453 065	398 950	7%	14%
Intervenções	32 179	31 660	29 690	2%	7%
Próteses	61 594	57 758	54 767	7%	5%
Diárias	25 342	28 503	17 674	-11%	61%

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

2.2. SAMS – Serviços de Assistência Médico-Social

2.2.2. Atribuição de Comparticipações e Subsídios

A atribuição de Comparticipações e Subsídios, por despesas efetuadas externamente (fora dos serviços clínicos internos) rege-se pelo disposto nos Regulamentos, do Regime Geral e do Regime Especial, e nas respetivas Normas Complementares, bem como no correspondente Plano de Benefícios.

Em 2023, o montante total das Comparticipações atribuídas alcançou os 37,0 milhões de euros, representando um aumento global de 1,8 milhões de euros (+5%), distribuindo-se pelos diversos domínios de assistência apresentados no quadro.

DOMÍNIOS	2023		2022	2021	Variação (%)	
	Valor	(%)	Valor	Valor	23/22	22/21
Assistência Medicamentosa	6 883 024 €	19%	6 975 148 €	6 782 855 €	-1%	3%
Meios Auxiliares de Diagnóstico	8 652 566 €	23%	7 952 744 €	7 579 966 €	9%	5%
Tratamentos	3 998 521 €	11%	4 093 412 €	3 796 522 €	-2%	8%
Consultas	4 368 334 €	12%	4 030 526 €	3 672 334 €	8%	10%
Próteses	2 481 755 €	7%	2 307 362 €	2 181 582 €	8%	6%
Intervenções Cirúrgicas	5 504 489 €	15%	5 299 025 €	4 508 098 €	4%	18%
Assistência Hospitalar	4 150 668 €	11%	3 612 376 €	3 445 580 €	15%	5%
Mat. Internº/Ortop/Diverso	181 349 €	0%	179 198 €	170 165 €	1%	5%
Assistência a Idosos	452 813 €	1%	427 238 €	436 613 €	6%	-2%
Subsídios	91 008 €	0%	85 399 €	94 454 €	7%	-10%
Ass.Desc.>24 Anos	102 126 €	0%	110 943 €	114 483 €	-8%	-3%
Outras	124 884 €	0%	112 900 €	132 664 €	11%	-15%
TOTAL	36 991 536 €	100%	35 186 270 €	32 915 316 €	5%	7%

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

2.3. USP – Unidade de Serviços Partilhados

O Mais Sindicato dispõe de Unidades de Prestação de Serviços, também denominadas ‘unidades de negócio’, quer na área da ação sindical e tempos livres (Atividade Sindical), quer na área da prestação de cuidados de saúde (SAMS), especificamente focalizadas na ação desenvolvida para os sócios, beneficiários e utentes.

A criação e manutenção da USP visou a melhoria da gestão interna dos serviços, através de ganhos de eficiência, economias de escala e eliminação de desperdícios nas atividades de suporte, permitindo a reorientação dos recursos da Atividade Sindical e do SAMS para o cumprimento das suas verdadeiras missões, centradas em atividades estratégicas de maior valor acrescentado.

A USP assume-se, assim, como ‘fornecedor’, numa relação de fornecedor / cliente, relativamente às unidades prestadoras do Mais Sindicato, repartindo-se o suporte fornecido pelas seguintes áreas:

- Serviços administrativos, ao nível de secretaria geral e da atribuição e manutenção da qualidade de sócio / beneficiário / utente;
- Serviços financeiros (de tesouraria e contabilidade) e de instalações e equipamentos;
- Serviços de Pessoal, incluindo processamento de vencimentos, gestão de cadastro, recrutamento e seleção, formação e segurança e saúde no trabalho;
- Serviços de sistemas de informação, ao nível de suporte informático, administração de sistemas e desenvolvimento e inovação.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

3. ORGANIZAÇÃO E RECURSOS

3.1. Gestão



Composição da Direção

Constituição da Direção

Presidente

António José Real da Fonseca

Vice-Presidente

João Gonçalo Barros Ferreira

Secretária

Cristina Maria Damião de Jesus

Tesoureira

Cristina Alexandra Pereira Trony

Vogais

Humberto Miguel Lopes da Cruz de Jesus Cabral

Daniel José Matos

Pedro Miguel Correia Pereira Soares

Mário Rui Peixoto Reis Costa

Mónica Patricia Resende Gomes

Tânia Maltez Ribeiro

Luís Carlos Furtado Brito Roque



Organismos do Mais Sindicato

Atividade Sindical

É dirigida pelos membros da Direção, de acordo com os respetivos cargos e pelouros.

Integra os Serviços Jurídicos e os Serviços de Atividade Sindical.

SAMS

O SAMS é gerido por um Conselho Executivo, nomeado pela Direção.

Integra a Direção Clínica, os Departamentos e Unidades Médicas e de Diagnóstico, os Serviços Farmacêuticos do Hospital, o Lar de Idosos, o Serviço de Comparticipações e Subsídios, bem como os Serviços Administrativos de apoio aos Serviço Clínicos.

USP

A USP é gerida por uma Comissão de Gestão, nomeada pela Direção.

Integra a Secretaria Geral, a Direção de Recursos Humanos, a Direção Financeira e Patrimonial e a Direção de Sistemas de Informação.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

3. ORGANIZAÇÃO E RECURSOS

3.2. Recursos Humanos

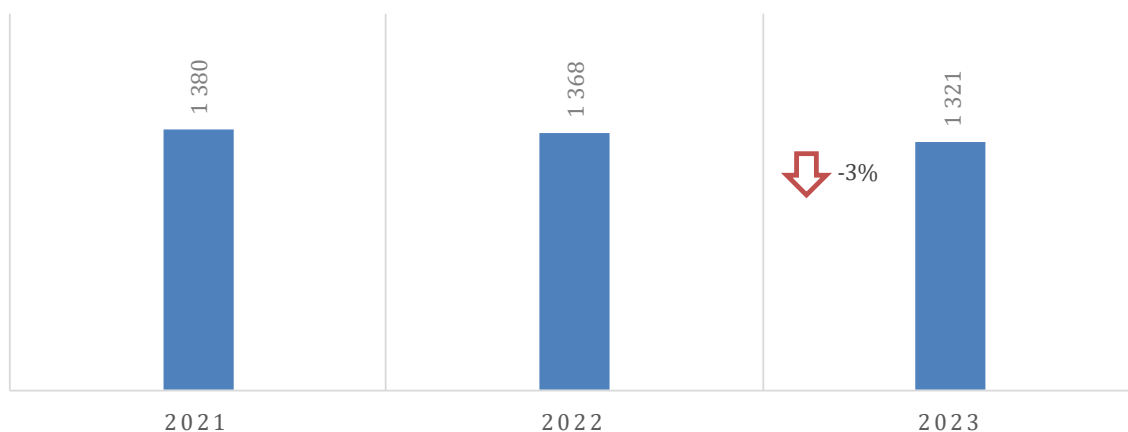
Em 2023, o quadro de pessoal do Mais Sindicato era composto por 1.321 colaboradores. Houve uma diminuição de 47 elementos em relação ao ano anterior.

Durante o ano de 2023, observou-se uma redução no número de profissionais médicos (-18), auxiliares (-11) e administrativos (-8).

A idade média dos trabalhadores diminuiu para 49 anos. Além disso, a antiguidade média foi de 21 anos.

NATUREZA DE FUNÇÕES	2023					2022 Nº	2021 Nº	Variação (%)	
	AS	SAMS	USP	TOTAL	(%)			23/22	22/21
MÉDICOS		204	1	205	16%	223	263	-8%	-0,2
FARMACÊUTICOS		5		5	0%	5	5	0%	0%
ENFERM. / TDT	0	362	1	363	27%	374	355	-3%	5%
Enfermeiros		234	1	235	18%	241	227	-2%	6%
Téc. Diagn. Terap.		128		128	10%	133	128	-4%	4%
ADMINISTRATIVOS	32	76	85	193	15%	201	202	-4%	0%
A. CLÍNICOS		20		20	2%	19	18	5%	6%
AUXILIARES	32	492	11	535	40%	546	537	-2%	2%
TOTAL	64	1 159	98	1 321	100%	1 368	1 380	-3%	-1%

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE COLABORADORES



I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

3. ORGANIZAÇÃO E RECURSOS

3.3. Instalações

Para a realização dos objetivos da sua atividade, o Mais Sindicato dispõe das seguintes instalações:



MAIS Sindicato
Rua S. José, 131 - 1169-046 Lisboa



CENTRO DE FÉRIAS E FORMAÇÃO
Casal do Zote - Beco - 2240-208 Ferreira do Zêzere



PARQUE DE CAMPISMO
Pinheiros de Marim - Apartado 300 - 8700-912 Olhão

SECÇÕES REGIONAIS

Angra do Heroísmo, Beja, Castelo Branco,
Covilhã, Évora, Faro, Funchal, Horta, Ponta
Delgada, Portalegre, Portimão, Santarém,
Setúbal, Tomar e Torres Vedras



HOSPITAL DO SAMS
Rua Cidade de Gabela, 1 - 1849-017 Lisboa



CENTRO CLÍNICO DE LISBOA
Rua Fialho de Almeida, 21 - 1070-128 Lisboa

CLÍNICAS SAMS

Almada, Amadora, Barreiro, Odivelas,
Parede, Santarém, Torres Vedras,
ISCTE
Angra do Heroísmo, Castelo Branco,
Covilhã, Évora, Faro, Funchal, Horta,
Ponta Delgada e Tomar.



LAR DE IDOSOS
Brejos de Azeitão

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

4. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.1. Análise Económica

O quadro que se segue resume a atividade do Mais Sindicato, em 2023.

CONTAS	2023		2022 Valor	2021 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			23/22	22/21
GASTOS	145 164 461 €	100%	141 208 091 €	138 923 760 €	3%	2%
Custo Merc. Vend. Mat. Cons.	16 174 448 €	11%	16 301 295 €	16 119 491 €	-1%	1%
Fornec. e Serv. Externos	40 050 441 €	28%	39 472 276 €	36 645 955 €	1%	8%
Gastos com o Pessoal	41 171 692 €	28%	39 967 159 €	41 439 055 €	3%	-4%
Gastos de Deprec. e Amort.	3 109 025 €	2%	4 296 236 €	4 784 625 €	-28%	-10%
Perdas por Imparidade	1 189 525 €	1%	53 770 €	1 161 248 €	>100%	-95%
Provisões do Período	571 040 €	0%	51 755 €	3 271 603 €	>100%	-98%
Outros Gastos	42 733 579 €	29%	40 920 513 €	35 367 673 €	4%	16%
Gastos de Financiamento	164 711 €	0%	145 088 €	134 110 €	14%	8%
RENDIMENTOS	146 653 057 €	100%	140 462 964 €	138 050 442 €	4%	2%
Vendas	4 416 889 €	3%	4 564 840 €	4 650 868 €	-3%	-2%
Serviços Prestados	40 272 451 €	27%	36 643 389 €	35 122 359 €	10%	4%
Quotiz./Contrib.	94 979 171 €	65%	89 780 423 €	89 833 167 €	6%	0%
Subsídios, doações e legados à expl.	0 €	0%	15 736 €	0 €	-100%	-
Reversões	3 367 381 €	2%	7 297 440 €	6 288 091 €	-54%	16%
Outros Rendimentos	3 239 216 €	2%	2 119 772 €	2 059 730 €	53%	3%
Juros e Outros Rend. Similares	377 949 €	0%	41 364 €	96 226 €	>100%	-57%
Resultado Antes de Impostos	1 488 596 €	-	-745 127 €	-873 318 €	>100%	15%
Imposto Sobre o Rendimento do Exercício	35 €		31 €	21 €	14%	46%
Resultado Líquido do Exercício	1 488 561 €	-	-745 157 €	-873 339 €	>100%	15%

O resultado líquido do exercício é positivo, atingindo 1,5 milhões de euros, o que representa um aumento do volume de gastos em +3% em comparação com 2022. Por outro lado, os rendimentos apresentaram uma evolução positiva de 4% em termos globais.

No que respeita aos gastos em 2023, no total de 145,2 milhões de euros (mais 4,0 milhões de euros), salienta-se:

- Os gastos com pessoal, no montante de 41,2 milhões de euros, que registam um aumento de 1,2 milhões de euros e representam 28% dos gastos;
- Os fornecimentos e serviços, no montante de 40,1 milhões de euros, com um acréscimo de 0,6 milhões de euros, representando 28% dos gastos;
- O valor referente a outros gastos e perdas, no montante de 42,7 milhões de euros, representando 29% dos gastos, apresenta um crescimento de 1,8 milhões de euros. Do valor total dos outros gastos, 37,0 milhões de euros respeitam a atribuição de participações, representando um aumento de 1,8 milhões de euros;
- O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, no montante de 16,2 milhões de euros, que regista uma diminuição de 127 mil euros e representa 11% dos gastos;
- O valor das perdas por imparidade, no montante de 1,2 milhões de euros, que regista um aumento de 1,1 milhões de euros, principalmente relacionado com as dívidas a receber da SESARAM; e
- O gasto com provisões do período, no montante de 0,6 milhões de euros, que regista um aumento de 0,5 milhões de euros, resultante do ajustamento do montante de provisão de "Pensão e Reformas", com base em um estudo atuarial.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

4. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.1. Análise Económica

4.1.1. Valores Totais

Em relação aos rendimentos, no total de 146,7 milhões de euros (mais 6,2 milhões de euros), destacam-se:

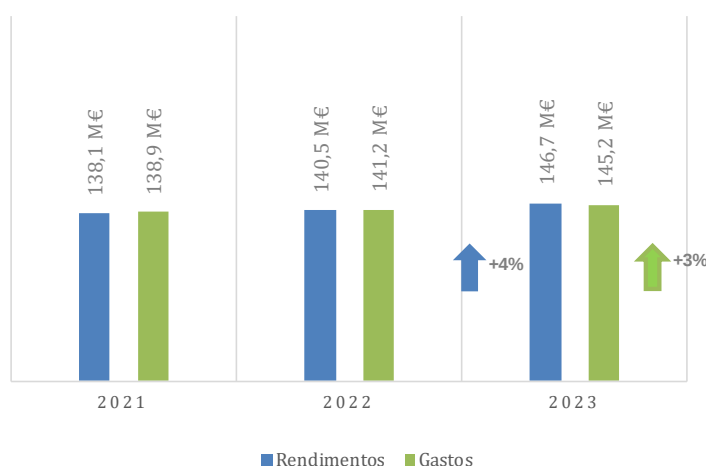
- Os provenientes das quotizações e contribuições para o Mais Sindicato, no montante de 95,0 milhões de euros, correspondendo a 65% do total dos rendimentos e a um aumento de 5,2 milhões de euros;
- Os referentes a vendas e prestação de serviços, no valor global de 44,7 milhões de euros, que constituem 30% do total dos rendimentos, traduzindo um aumento de cerca de 3,5 milhões de euros;
- Os correspondentes a reversões no montante de 3,4 milhões de euros, representando 2% dos rendimentos, apresenta uma diminuição de 3,9 milhões de euros resultante: (i) do ajustamento, em 2022, do montante de provisão de “Pensão e Reformas”, com base em estudo atuarial, em 3,2 milhões de euros (v. d. nota 13 do Anexo às Demonstrações Financeiras) e (ii) da diminuição das reversões por perdas por imparidade de 1,7 milhões de euros.

O resultado de 2023 corresponde a um aumento, em cerca de 2,2 milhões de euros, em relação ao ano anterior. Esta melhoria deriva sobretudo:

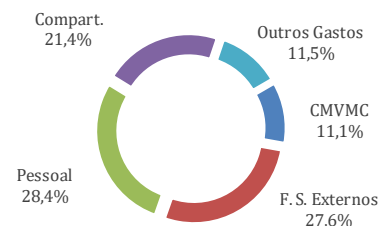
- Do aumento das quotizações e contribuições, em 5,2 milhões de euros (vd. nota 19, do Anexo às Demonstrações Financeiras)
- Do aumento da prestação de serviços, em 3,6 milhões de euros (vd. nota 19, do Anexo às Demonstrações Financeiras);
- Do acréscimo dos outros rendimentos, em 1,2 milhões de euros, (vd. nota 23, do Anexo às Demonstrações Financeiras);
- Da diminuição das amortizações do período, em 1,2 milhões de euros;
- Do decréscimo do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, no montante de 127 mil euros.

Em 2023, analisando o gráfico apresentado, observa-se um crescimento dos rendimentos superior ao aumento dos gastos, originando uma evolução positiva do Resultado do Exercício.

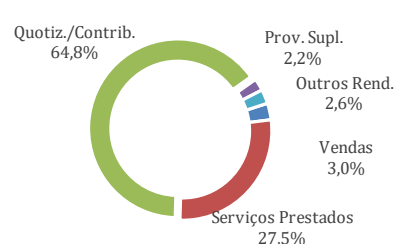
Evolução dos Gastos e Rendimentos



Estrutura dos Gastos



Estrutura dos Rendimentos



I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

4. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.2. Análise Financeira

Em 2023, o valor do Ativo do Mais Sindicato atingiu aproximadamente 86,5 milhões de euros, refletindo um aumento de 1% em relação ao ano anterior. Este aumento é principalmente resultado do crescimento do ativo corrente, especialmente em caixa e depósitos bancários (+14%). Destaca-se a diminuição dos valores de ativos fixos tangíveis (-7%), os quais representam uma parte significativa do Ativo (33%).

CONTAS	2023		2022	2021	Variação	
	Valor	(%)	Valor	Valor	23/22	22/21
ATIVO	86 539 422 €	100%	85 551 553 €	89 696 090 €	1%	-5%
Ativo Não Corrente	29 131 098 €	34%	30 632 114 €	34 108 247 €	-5%	-10%
Activos fixos tangíveis	28 334 321 €	33%	30 406 033 €	33 849 685 €	-7%	-10%
Participações financeiras	161 017 €	0%	166 476 €	152 105 €	-3%	9%
Beneficiários, associados e outros	635 760 €	1%	59 605 €	106 457 €	>100%	-44%
Ativo Corrente	57 408 324 €	66%	54 919 439 €	55 587 843 €	5%	-1%
Inventários	4 035 123 €	5%	4 389 895 €	4 913 389 €	-8%	-11%
Beneficiários, associados e outros	10 039 650 €	12%	10 380 585 €	10 639 337 €	-3%	-2%
Estado e outros entes publicos	307 903 €	0%	292 525 €	284 385 €	5%	3%
Outros Ativos Correntes	8 238 969 €	10%	9 232 218 €	9 474 868 €	-11%	-3%
Diferimentos	453 058 €	1%	470 818 €	590 909 €	-4%	-20%
Caixa e depósitos bancários	34 333 621 €	40%	30 153 398 €	29 684 955 €	14%	2%

Em relação ao Passivo, que em 2023 ascendia a 55,6 milhões de euros (-1%), destaque para a diminuição das provisões (-2%) e dos financiamentos obtidos (-58%). Destaque para o aumento dos outros passivos correntes (+4%).

Salienta-se, ainda, o aumento dos Fundos Próprios (+5%).

CONTAS	2023		2022	2021	Variação	
	Valor	(%)	Valor	Valor	23/22	22/21
FUNDO PRÓPRIO E PASSIVO	86 539 422 €	100%	85 551 553 €	89 696 090 €	1%	-5%
FUNDO PRÓPRIO	30 908 488 €	36%	29 419 926 €	30 165 465 €	5%	-2%
PASSIVO	55 630 934 €	64%	56 131 627 €	59 530 625 €	-1%	-6%
Passivo Não Corrente	30 283 395 €	35%	31 428 394 €	35 732 821 €	-4%	-12%
Provisões	29 948 228 €	35%	30 635 868 €	34 407 799 €	-2%	-11%
Financiamentos obtidos	335 167 €	0%	792 526 €	1 325 022 €	-58%	-40%
Passivo Corrente	25 347 539 €	29%	24 703 233 €	23 797 804 €	3%	4%
Fornecedores	5 847 479 €	7%	5 900 747 €	6 178 945 €	-1%	-5%
Estado e outros entes publicos	1 142 990 €	1%	1 141 905 €	1 208 002 €	0%	-5%
Financiamentos obtidos	471 550 €	1%	544 183 €	639 641 €	-13%	-15%
Outros Passivos Correntes	17 885 520 €	21%	17 116 398 €	15 771 216 €	4%	9%

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

4. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.3. Principais Agregados Económico-Financeiros

Em 2023, merece destaque o aumento significativo do EBITDA em 4,9 milhões de euros, principalmente devido ao crescimento das quotizações e contribuições em 5,2 milhões de euros. É importante ressaltar também o aumento da atividade, com um crescimento das vendas e prestação de serviços em 3,5 milhões de euros (+8%), e dos gastos com pessoal em 1,2 milhões de euros (+3%).

Além disso, destaca-se o aumento do Ativo líquido em um milhão de euros, especialmente devido ao aumento dos valores em caixa e depósitos bancários em 4,2 milhões de euros.

PRINCIPAIS AGREGADOS	Realizado 2023	Realizado 2022	Realizado 2021	Variação (%)	
				23/22	22/21
Vendas e Prestação de Serviços	44 689 339 €	41 208 229 €	39 773 228 €	8%	4%
Custo das Vendas	16 174 448 €	16 301 295 €	16 119 491 €	-1%	1%
Fornecimento e Serviço Externo	40 050 441 €	39 472 276 €	36 645 955 €	1%	8%
Gastos com o Pessoal	41 171 692 €	39 967 159 €	41 439 055 €	3%	-4%
Activo Líquido	86 539 422 €	85 551 553 €	89 696 090 €	1%	-5%
Imobilizado Líquido	28 334 321 €	30 406 033 €	33 849 685 €	-7%	-10%
EBITDA	4 355 862 €	-521 024 €	1 809 726 €	>100%	>-100%

II DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(valores expressos em euros)

- 1 Balanços | [19](#)
- 2 Demonstrações dos Resultados por Naturezas | [20](#)
- 3 Demonstrações dos Fluxos de Caixa | [21](#)
- 4 Demonstrações das Alterações nos Fundos Patrimoniais | [22](#)

Anexo às Demonstrações Financeiras | [23](#)

II PARTE – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. BALANÇOS:

MAIS Sindicato (Agregado)

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	2023	2022
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	28 334 321	30 406 033
Ativos intangíveis	6	-	-
Participações Financeiras - outros métodos	7	161 017	166 476
Beneficiários, associados e outros	9	635 760	59 605
Total do ativo corrente		<u>29 131 098</u>	<u>30 632 114</u>
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	8	4 035 123	4 389 895
Beneficiários, associados e outros	9	10 039 650	10 380 585
Estado e outros entes públicos	15	307 903	292 525
Diferimentos	18	453 058	470 818
Outros ativos correntes	11	8 238 969	9 232 218
Caixa e depósitos bancários	4	<u>34 333 621</u>	<u>30 153 398</u>
Total do ativo corrente		<u>57 408 324</u>	<u>54 919 439</u>
Total do ativo		<u>86 539 422</u>	<u>85 551 553</u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos estatutários	12	30 211 721	32 322 965
Resultados transitados	12	<u>(791 794)</u>	<u>(2 157 882)</u>
		29 419 927	30 165 083
Resultado líquido do exercício		<u>1 488 561</u>	<u>(745 157)</u>
Total dos fundos patrimoniais		<u>30 908 488</u>	<u>29 419 926</u>
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	13	29 948 228	30 635 868
Financiamentos obtidos	16	<u>335 167</u>	<u>792 526</u>
Total do passivo não corrente		<u>30 283 395</u>	<u>31 428 394</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	14	5 847 479	5 900 747
Estado e outros entes públicos	15	1 142 990	1 141 905
Financiamentos obtidos	16	471 550	544 183
Outros passivos correntes	17	<u>17 885 520</u>	<u>17 116 398</u>
Total do passivo corrente		<u>25 347 539</u>	<u>24 703 233</u>
Total do Passivo		<u>55 630 934</u>	<u>56 131 627</u>
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		<u>86 539 422</u>	<u>85 551 553</u>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2023.

A Direção do MAIS Sindicato

A Contabilista Certificada (N.º 57518)

II PARTE – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR NATUREZAS

MAIS Sindicato (Agregado)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2023	2022
Vendas e serviços prestados	19	139 668 510	130 988 652
Subsídios à exploração	22	-	15 736
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(16 174 448)	(16 301 295)
Gastos com participações	20	(38 829 495)	(36 856 890)
Fornecimentos e serviços externos	21	(40 050 441)	(39 472 276)
Gastos com pessoal	22	(41 171 692)	(39 967 159)
Imparidade de dívidas a receber	13	(1 189 525)	(53 770)
Provisões	13	(571 040)	(51 755)
Reversões de imparidade de dívidas a receber	13	2 226 843	3 902 917
Reversões de provisões	13	1 140 539	3 394 523
Outros rendimentos	23	3 239 216	2 119 772
Outros gastos	24	(3 904 084)	(4 063 623)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4 384 383	3 654 833
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(3 109 025)	(4 296 236)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 275 358	(641 402)
Juros e rendimentos similares	25	377 949	41 364
Juros e gastos similares suportados	26	(164 711)	(145 088)
Resultado antes de imposto		1 488 596	(745 127)
Imposto sobre o rendimento do exercício	10	(35)	(31)
Resultado líquido do exercício		1 488 561	(745 157)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas
do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023.

A Direção do MAIS Sindicato

A Contabilista Certificada (N.º 57518)

II PARTE – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3. DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA

MAIS Sindicato (Agregado)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em euros)

Descrição	Notas	2023	2022
Atividades Operacionais			
Recebimentos de Beneficiários, Sócio, Utentes e Organismos		45 725 228	43 344 450
Recebimentos de Contribuições e Quotizações		95 046 687	89 945 215
Pagamentos a Fornecedores		(55 882 004)	(55 922 466)
Pagamentos de Participações		(38 387 120)	(35 369 140)
Pagamentos ao Pessoal		(41 202 729)	(40 944 761)
Fluxo gerado pelas operações		5 300 063	1 053 298
Outros (Pagamentos) / Recebimentos Rel. At. Operacionais		736 104	664 717
Fluxo gerado antes de rubricas extraordinárias		6 036 167	1 718 014
Pagamentos / Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		-	-
Fluxo de Atividades Operacionais [1]		6 036 167	1 718 014
Atividades de Investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos Fixos Tangíveis		25 419	290 000
Fundos Compensação Trabalho		5 459	-
Juros e Rendimentos Similares		127 999	2 750
Sub-total - Recebimentos		158 876	292 750
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis		(1 320 118)	(750 433)
Constituição de Depósitos a Prazo	4	(4 650 000)	(2 000 000)
Fundos Compensação Trabalho	7	-	(14 371)
Sub-total - Pagamentos		(5 970 118)	(2 764 804)
Fluxo de Atividades de Investimento [2]		(5 811 241)	(2 472 054)
Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Sub-total - Recebimentos		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Amortização de contratos locação financeira		(529 992)	(632 429)
Juros e Gastos Similares		(164 711)	(145 088)
Sub-total - Pagamentos		(694 703)	(777 517)
Fluxo de Atividades de Financiamento [3]		(694 703)	(777 517)
Variações de caixa e seus equivalentes [4]		(469 777)	(1 531 557)
Caixa e seus equivalentes - Início do exercício	4	10 903 398	12 434 955
Caixa e seus equivalentes - Fim do exercício	4	10 433 621	10 903 398

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023.

II PARTE – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4. DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

MAIS Sindicato (Agregado)

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em Euros)

		Fundos Estatutários							Resultado	Total dos	
	Notas	Do regime geral	Do regime especial	Fundo sindical	Fundo greve e solidariedade	Fundo auxílio económico	Fundo lutuosa	Total	Resultados transitados	líquido do exercício	fundos patrimoniais
Posição no fim do exercício de 2021		10 354 309	-	12 511 566	8 081 514	300 000	279 327	31 526 716	(487 912)	(873 339)	30 165 465
Aplicação de resultados	2	796 630	-	-	-	-	-	796 630	(1 669 969)	873 339	-
Resultado líquido do exercício de 2022		-	-	-	-	-	-	-	-	(745 157)	(745 157)
Utilização do Fundo de Greve e Solidariedade		-	-	-	(381)	-	-	(381)	-	-	(381)
Posição no fim do exercício de 2022		11 150 939	-	12 511 566	8 081 133	300 000	279 327	32 322 965	(2 157 882)	(745 157)	29 419 926
Aplicação de resultados	2	(3 021 969)	-	227 681	683 043	-	-	(2 111 245)	1 366 087	745 157	-
Resultado líquido do exercício de 2023		-	-	-	-	-	-	-	-	1 488 561	1 488 561
Utilização do Fundo de Greve e Solidariedade		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do exercício de 2023		8 128 970	-	12 739 247	8 764 176	300 000	279 327	30 211 720	(791 794)	1 488 562	30 908 488

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações das alterações de fundos patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023.

A Direção do MAIS Sindicato

A Contabilista Certificada (N.º 57518)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(valores expressos em euros)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Sindicato da Banca, Seguros e Tecnologias – MAIS Sindicato (até 08 de janeiro de 2020 denominado Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas) igualmente designado por “MAIS Sindicato”, “Sindicato” ou “Entidade”, pessoa coletiva 500 825 556, criado em 30 de julho de 1975 e com sede na Rua de S. José, N.º 131, em Lisboa, desenvolve a sua atividade na defesa e promoção dos interesses profissionais, económicos, sociais e morais dos seus associados.

O MAIS Sindicato está filiado na UGT - União Geral de Trabalhadores de Portugal, na UNI – Federação Sindical Internacional da área dos serviços e na FEBASE – Federação de Sindicatos do Setor Financeiro.

O MAIS Sindicato abrange todos os trabalhadores – a nível nacional - que exerçam a sua atividade profissional em instituições de crédito, seguros e tecnologia que livremente se filiem. No final de 2023, o MAIS Sindicato contava com 33.524 sócios (34.121 em 2022), dos quais 22.020 (22.352 em 2022) se encontravam na situação de reforma.

O Sindicato para além das iniciativas que desenvolve no domínio das relações laborais, nomeadamente no que respeita à contratação coletiva de trabalho, disponibiliza um vasto leque de atividades recreativas e de ocupação dos tempos livres, gere os Serviços de Assistência Médico – Social (adiante designado por “SAMS” ou “SAMS do Sindicato”) organização prestadora de serviços de saúde e a Unidade de Serviços partilhados (adiante designado de “USP do MAIS Sindicato”) que centraliza as atividades de suporte e transversais ao Sindicato.

A atividade do MAIS Sindicato é essencialmente financiada pelas quotizações dos seus associados. Na área da ocupação dos tempos livres, o MAIS Sindicato dispõe de um Centro de Férias e Formação, em Ferreira do Zêzere e de um Parque de Campismo, em Olhão. Neste domínio, proporciona também aos seus associados o aluguer de alojamentos ou a inscrição em viagens turísticas.

A atividade do SAMS, predominantemente financiada pelas contribuições das instituições de crédito e dos bancários, é desenvolvida no âmbito da saúde, consistindo na prestação de cuidados de saúde, em regime de ambulatório e de hospitalização, assistência à terceira idade, bem como na atribuição de participações e subsídios, através da prestação interna de cuidados de saúde e da comparticipação de despesas realizados fora dos seus serviços.

O SAMS destina-se a todos os bancários (e respetivo agregado familiar) abrangidos pelos diferentes instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho outorgados pelo MAIS Sindicato e a outros utentes que pretendam usufruir dos serviços disponibilizados pelo SAMS, sendo-lhes aplicada uma tabela de preços específica. No final de 2023, o SAMS tinha 47.601 (47.458 em 2022) beneficiários titulares, dos quais 22.361 (22.636 em 2022) eram reformados, e 39.494 (40.532 em 2022) beneficiários familiares.

A USP do MAIS Sindicato centraliza as atividades de suporte, na medida que presta serviços transversais ao MAIS Sindicato, tais como os de inscrição de sócios e beneficiários e serviços de secretaria, serviços de gestão financeira e de gestão de recursos humanos, bem como os de gestão dos sistemas de informação, de estudos, planeamento e auditoria e de apoio à inovação e desenvolvimento.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram aprovadas pela Direção do MAIS Sindicato, na reunião de 13.05.2024. A Direção do MAIS Sindicato entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do MAIS Sindicato, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto – Lei n.º 98/2015, de 2 de junho que altera o Decreto – Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, e aprova o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (“SNC – ESNL”), incluindo a norma contabilística e de relato financeiro prevista no Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho e dos modelos de demonstrações financeiras e plano de contas, definidos nas portarias n.º 220/2015 de 24 de julho e n.º 218/2015 de 23 de julho. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado, genericamente, por “NCRF – ESNL”.

O SNC – ESNL é parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), conforme definido pelo Decreto – Lei n.º 158/2009, de 13 de junho e atualizado pelo Decreto – Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, incluindo a estrutura conceptual, normas

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

contabilísticas e de relato financeiro (“NCRF”) e normas interpretativas (“NI”) consignadas, respetivamente, nos avisos n.º 8254/2015, n.º 8256/2015 e n.º 8259/2015, de 29 de julho.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do MAIS Sindicato, mantidas de acordo com as NCRF - ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

A Direção procedeu à avaliação da capacidade da Entidade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Direção concluiu que a Entidade dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

b) Ativos intangíveis

Conforme evidenciado na Nota 6, os ativos intangíveis correspondem, essencialmente, a software de aplicações informáticas. Este ativo é registado ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas linearmente, por quotas constantes, durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis (Nota 6). A vida útil estimada é de 3 anos.

c) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzidos de depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável (Nota 5).

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de Vida útil
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	2 a 12
Equipamento de transporte	5 a 7
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	6 a 12
Outras ativos fixos tangíveis	3 a 4

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito da alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

d) Investimentos financeiros – outros

Instituído pela Lei 70/2013 de 30 de agosto, o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo de capitalização individual destinado ao pagamento parcial (até 50%) da compensação por cessação do contrato de trabalho dos trabalhadores. O FCT é gerido pelo Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP e financiado pelas entidades empregadoras através de entregas correspondentes a 0,925% da retribuição base e diuturnidades por cada trabalhador abrangido e admitido a partir de 1 de outubro de 2013 (Nota 7). Com a Lei n.º 13/2023, de 3 de abril, especificamente n.º 5 do artigo 32 Ficam suspensas, até à entrada em vigor das alterações aos regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho, as obrigações relativas ao FCT, previstas nos n.ºs 1 a 7, 10 e 11 do artigo 8.º, nos n.ºs 1, 3 a 6 do artigo 11.º, nos n.ºs 2 e 3 do artigo 11.º-A, nos n.ºs 2 e 3 do artigo 11.º-B, nos artigos 13.º e 35.º e nos n.ºs 1 a 4, 7 a 9 e 11 do artigo 36.º da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto. Encontra-se previsto no Acordo de Médio Prazo de Melhoria dos Rendimentos, Salários e Competitividade: 1) Reconversão do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) para permitir às empresas que para ele tenham contribuído, nomeadamente financiar a qualificação e a formação certificada dos trabalhadores; apoiar a autonomização dos jovens trabalhadores, suportando uma parte dos encargos com habitação. e o reforço do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT) com transferência excecional do FCT e 2) Fim das contribuições para o FCT e, durante a vigência do acordo, a suspensão das contribuições mensais para o FGCT.

e) Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a venda. O método de custeio dos inventários adotado pelo MAIS Sindicato consiste no custo médio ponderado.

f) Fundos Patrimoniais

Os Fundos Patrimoniais englobam, de acordo com os Estatutos do MAIS Sindicato e do Regulamento de Gestão do SAMS, as Reservas que incluem os resultados transitados e o resultado líquido de exercício.

No que respeita aos Fundos e Reservas estes consubstanciam-se nos seguintes:

- Fundo Sindical - destinado à cobertura de eventuais saldos negativos do exercício.
- Fundo de Greve e de Solidariedade - a ser aplicado, exclusivamente, em auxílio a sócios cujos vencimentos tenham sido diminuídos como resultado da adesão à greve declarada ou apoiada pelos órgãos do sindicato estatutariamente competentes. Este fundo destina-se igualmente a permitir que o Sindicato preste auxílio a sócios em situação de carência.
- Fundo de Auxílio Económico, destinado a ser utilizado no apoio a sócios e seus familiares que se encontrem em situações previstas no respetivo regulamento.
- Fundo da Lutuosa - adicionalmente, dentro das Reservas estatutárias o MAIS Sindicato regista o Fundo da Lutuosa.
- Reserva do Regime Geral – abrange todos os beneficiários do SAMS e respetivo agregado familiar, provindo os recursos financeiros essencialmente das contribuições previstas nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho outorgadas pelo MAIS Sindicato, bem como das receitas da prestação direta de serviços. As despesas deste regime englobam essencialmente as despesas de administração, as decorrentes da prestação direta de serviços, as comparticipações e os subsídios atribuídos.
- Reserva Regime Especial - também denominado por Fundo Sindical de Assistência (FSA) – abrange os beneficiários que sejam associados ou trabalhadores do MAIS Sindicato, sócios do MAIS Sindicato não beneficiários do SAMS e respetivos agregados familiares, e que para o efeito se tenham inscrito facultativamente. O FSA confere benefícios acrescidos aos do Regime Geral e outros adicionais, pelo que as suas receitas contemplam as contribuições específicas, enquanto as suas despesas incluem as comparticipações e despesas diversas no âmbito da assistência deste Fundo e as amortizações dos bens imobilizados.

De acordo com o Regulamento de Gestão do SAMS, os excedentes apurados pelo Regime Geral e pelo Regime Especial terão a aplicação que for decidida pelos órgãos próprios do MAIS Sindicato.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

g) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre o justo valor deduzido de custos para vender e o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado nos fundos patrimoniais. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

h) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, se estima que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

i) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando:

- Sejam à vista ou tenham maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem:

- Caixa e depósitos bancários;
- Beneficiários e outros;
- Outros ativos correntes;
- Fornecedores;
- Outros passivos correntes;
- Financiamentos obtidos

A rubrica de “Beneficiários, associados e outros” inclui as dívidas dos Beneficiários do SAMS, cujos saldos são liquidados de acordo com o protocolo existente com todos os beneficiários e que consiste, essencialmente, na dedução nos salários que estes auferem, de um montante que é entregue ao SAMS pelas entidades empregadoras respetivas. O montante a deduzir é calculado tendo em conta os limites mínimos e máximos definidos anualmente pelo SAMS.

Atendendo a que estes saldos têm maturidade definida, e que os mesmos não são sujeitos a nenhuma remuneração no decorrer do período até à liquidação da dívida, o SAMS efetua um cálculo específico para refletir o justo valor destas dívidas no momento do seu registo inicial.

O apuramento do justo valor é efetuado considerando os prazos previstos para liquidação da dívida, que têm em conta o saldo em aberto e as prestações mínimas e máximas previstas nos acordos estabelecidos com os Bancos. A taxa de atualização é definida pelo custo de financiamento em prática para os empregados bancários e revista anualmente. Conforme o impacto apurado do ajustamento, é reconhecida uma dedução à rubrica de “Vendas e serviços prestados” ou um acréscimo à rubrica “Juros e rendimentos similares obtidos”. O modelo de atualização do justo valor não considera a atualização da dívida com maturidade inferior a 12 meses, decorrente do reduzido nível de taxas de juro praticadas.

Ativos e passivos financeiros ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração de resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo amortizado” são classificados na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”. Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no mesmo registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”. Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, o MAIS Sindicato não detinha ativos e passivos registados nesta categoria.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original. Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

O MAIS Sindicato desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Entidade reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

j) Fundo de pensões

No passado, o MAIS Sindicato assumiu a responsabilidade pelo pagamento de pensões de reforma e invalidez, bem como pensões de pré-reforma, em regime complementar ao da Segurança Social e em conformidade com os instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho outorgados.

Em 2023, tal como em 2022, na sequência da realização do estudo atuarial elaborado por atuários independentes, foi apurado o valor das responsabilidades associadas ao pagamento dos complementos de pensões e custos de benefícios pós-emprego a cargo do MAIS Sindicato à data de 31 de dezembro e foi ajustado o valor da provisão (Nota 13).

Assim, os ganhos e perdas atuariais são registados na totalidade, em reservas no período em que são apurados e a responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida na demonstração da posição financeira consolidada representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustada por ganhos e perdas atuariais.

k) Vendas e serviços prestados

As quotizações, as contribuições, as vendas e os serviços prestados são registados em rendimentos nas rubricas de “Vendas e serviços prestados” (Nota 19).

As quotizações correspondem a 1% a cargo dos trabalhadores que livremente se sindicalizem junto do MAIS Sindicato.

Nas receitas provenientes de contribuições distinguem-se: (i) as obrigatórias que resultam das disposições sobre assistência médica estabelecidas nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho outorgados pelo MAIS Sindicato; e (ii) as facultativas decorrentes do Fundo Sindical de Assistência (FSA), sendo ambas calculadas sobre a remuneração efetiva dos trabalhadores bancários (incluindo o Subsídio de Férias e o de Natal).

As contribuições obrigatórias, compreendem a verba correspondente a um valor definido per capita ou a um valor percentual a cargo das Instituições de Crédito e a de 1,5% a cargo dos trabalhadores. As contribuições do regime especial - FSA - correspondem a um encargo de 0,5% para todos os trabalhadores que, preenchendo os requisitos necessários, facultativamente se inscrevam nele.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De acordo com a convenção coletiva aplicável, as contribuições a cargo da entidade empregadora podem assumir duas formas: percentual com uma incidência de 6,5% sobre RME ou os valores per capita mensais. Este último é diferenciado conforme o vínculo do beneficiário titular da seguinte forma: 137,10 Euros (131,20 Euros em 2022) e 94,80 Euros (90,72 Euros em 2022) para os trabalhadores no ativo e reformados, respetivamente, e nos demais casos, essencialmente pensionistas, variam entre 20,51 Euros (19,68 Euros em 2022) e 41,03 Euros (39,26 Euros em 2022). Às contribuições mensais definidas acrescem duas prestações de igual montante a pagar nos meses de abril e novembro de cada ano.

As quotizações e contribuições são reconhecidas e registadas em proveitos no período a que respeitam (Nota 19).

As vendas e prestações de serviços são registadas em proveitos nas rubricas “Vendas e serviços prestados” (Nota 19), pelo montante não participado pelo SAMS, no que respeita aos beneficiários, e de acordo com a tabela de preços aplicável no caso dos demais utentes, no período a que dizem respeito.

l) Custos com a prestação de benefícios e comparticipações

Esta rubrica engloba a atribuição por parte do SAMS de comparticipações e subsídios a beneficiários por despesas efetuadas em instituições de saúde externas, processadas de acordo com as disposições estabelecidas no regulamento interno. Este define como regra geral de cálculo do valor das comparticipações, a verba correspondente a 80% do valor da despesa efetuada pelo beneficiário, tendo como valor máximo de incidência o previsto nas tabelas do SAMS, com exceção da assistência medicamentosa cuja comparticipação corresponde a 90% do preço de referência. As despesas decorrentes da atribuição de comparticipações e subsídios repartem-se igualmente pelos fundos especiais previstos nos estatutos do SAMS de acordo com a sua natureza.

Nesta rubrica são registados os débitos efetuados pela rede de prestadores da Advancecare – Gestão de Serviços de Saúde, SA, pelos serviços prestados aos beneficiários do SAMS, de acordo com o Contrato de Prestação de Serviços celebrado (Nota 28 a)).

Adicionalmente, são aqui registados os débitos efetuados pela Associação Nacional das Farmácias e Associação de Farmácias de Portugal, no âmbito dos acordos efetuados com o SAMS (Nota 28 b)).

Os custos com a prestação de benefícios e comparticipações são registados na demonstração dos resultados do período a que respeitam (Nota 20).

m) Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor, estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, as estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras foram as seguintes:

- Imparidade para contas receber: o MAIS Sindicato definiu consoante a natureza das contas a receber, a metodologia de cálculo de imparidade, que visa estimar com a maior fiabilidade possível o risco de incobrabilidade associado a cada conta a receber.
- Provisões para contingências fiscais: o MAIS Sindicato estimou a possível contingência para processos judiciais em curso, com base na informação disponível sobre as liquidações adicionais e a estimativa de encargos adicionais com as mesmas.
- Provisões para pensões de reforma: o MAIS Sindicato assumiu no passado a responsabilidade pelo pagamento de pensões de reforma e invalidez, bem como pensões de pré-reforma, em regime complementar ao da Segurança Social e em conformidade com os instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho outorgados. Para fazer face a essa responsabilidade o MAIS Sindicato constituiu uma provisão. No decurso do exercício de 2019 foi proferido acórdão pelo Supremo Tribunal de Justiça, o qual considerou inaplicável aos trabalhadores do SAMS o ACT do setor bancário e por esta razão em 2020 não foram reforçadas as provisões. Em 2021, na sequência de estudo atuarial foram estimadas as

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

responsabilidades do MAIS Sindicato nesta matéria tendo sido registados os ajustamentos necessários. Em 2022 e 2023, o MAIS Sindicato deu continuidade a estes ajustes com base na atualização do estudo atuarial e em conformidade com o normativo NCFR 28 (revisto em 2016) (Nota 3j).

- Provisões para a manutenção de benefícios SAMS: o SAMS assumiu a responsabilidade da manutenção da assistência médico social do SAMS para os bancários abrangidos por Protocolo decorrente de rescisões dos contratos de trabalho por mútuo acordo.

n) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“eventos ajustáveis”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“eventos não ajustáveis”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

o) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são faturadas. As diferenças entre os montantes faturados os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas nas rubricas de diferimentos.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022 detalha-se conforme se segue:

	2023	2022
Caixa	42 341	46 208
Depósitos à ordem	6 666 280	7 287 191
Depósitos a prazo (< 3 meses)	3 725 000	3 570 000
Caixa e equivalentes	10 433 621	10 903 398
Depósitos a prazo (> 3 meses)	23 900 000	19 250 000
Caixa e depósitos bancários	34 333 621	30 153 398

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica de “Depósitos a prazo (> 3 meses)” no montante global de 23.900.000 Euros” compreendia aplicações com o seguinte detalhe:

- SAMS – aplicações no total de 15.500.000 Euros com vencimentos em entre abril e setembro de 2024;
- Atividade Sindical – aplicações no total de 8.000.000 Euros a vencer entre abril e novembro de 2024
- USP - aplicações no total de 400.000 Euros a vencer entre abril e maio de 2024

A rubrica de “Caixa” no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 inclui 12.250 Euros (3.786 Euros em 2022) de cauções prestadas por utentes, no âmbito da prestação de serviços clínicos cuja contrapartida se encontra refletida a crédito na rubrica de “Beneficiários, associados e outros”.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2023				
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Transferências	Saldo Final
Ativo bruto					
Terrenos e outros recursos naturais	12 112 082	-	-	-	12 112 082
Edifícios e outras construções	77 020 966	199 139	(3 659)	-	77 216 446
Equipamento básico	39 728 970	544 298	(935 315)	-	39 337 953
Equipamento de transporte	95 070	621	-	-	95 691
Equipamento administrativo	11 312 064	277 189	(141 174)	-	11 448 079
Outros	2 311 644	116	(28 312)	-	2 283 449
Ativos tangíveis em curso	143 082	27 749	-	-	170 831
	142 723 877	1 049 113	(1 108 459)	-	142 664 531
Depreciações acumuladas					
Terrenos e outros recursos naturais	278 864	-	-	-	278 864
Edifícios e outras construções	63 496 853	1 787 511	(3 659)	-	65 280 706
Equipamento básico	35 960 890	1 006 824	(925 135)	-	36 042 579
Equipamento de transporte	95 070	155	-	-	95 225
Equipamento administrativo	10 177 072	312 831	(139 554)	-	10 350 349
Outros	2 309 095	1 703	(28 312)	-	2 282 487
	112 317 845	3 109 025	(1 096 660)	-	114 330 210
	30 406 033	(2 059 912)	(11 799)	-	28 334 321
	2022				
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Transferências	Saldo Final
Ativo bruto					
Terrenos e outros recursos naturais	12 198 238	-	(86 156)	-	12 112 082
Edifícios e outras construções	77 210 603	139 127	(328 764)	-	77 020 966
Equipamento básico	39 308 272	459 433	(38 735)	-	39 728 970
Equipamento de transporte	95 070	-	-	-	95 070
Equipamento administrativo	11 045 604	274 178	(7 718)	-	11 312 064
Outros	2 311 644	-	-	-	2 311 644
Ativos tangíveis em curso	-	143 082	-	-	143 082
	142 169 430	1 015 820	(461 373)	-	142 723 877
Depreciações acumuladas					
Terrenos e outros recursos naturais	278 864	-	-	-	278 864
Edifícios e outras construções	61 060 278	2 691 970	(255 395)	-	63 496 853
Equipamento básico	34 765 878	1 231 393	(36 381)	-	35 960 890
Equipamento de transporte	88 937	6 133	-	-	95 070
Equipamento administrativo	9 819 936	363 498	(6 361)	-	10 177 072
Outros	2 305 853	3 242	-	-	2 309 095
	108 319 745	4 296 236	(298 137)	-	112 317 845
	33 849 685	(3 280 416)	(163 236)	-	30 406 033

Das adições do exercício de 2023, os investimentos mais significativos foram os seguintes:

- Na rubrica de “Edifícios e outras construções” o investimento realizado em Caldeira de Aquecimento adquirida para o Hospital e, na Atividade Sindical, destacam-se os melhoramentos de pavimentos e arruamentos do Parque de Campismo bem como o posto de transformação no Centro de Férias e Formação de Ferreira do Zêzere;
- Em termos de “Equipamento básico” salienta-se a aquisição de, entre outros, um ecógrafo para o Serviço de Ginecologia do Hospital e um pletismógrafo para o Centro Clínico.

Nas diminuições salienta-se o abate por venda de equipamentos obsoletos (como, por exemplo, aparelho de coerência ótica 3D, microscópio, diversas máquinas de máquina de termo desinfeção) que estiveram afetos ao SAMS.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nas adições do exercício de 2022, salientam-se os seguintes investimentos:

- Na rubrica de “Edifícios e outras construções” o investimento realizado em Caldeira de Aquecimento e no Sistema de Sprinklagem, ambos adquiridos para o Hospital;
- Em termos de “Equipamento básico” salienta-se a aquisição de, entre outros, diversos equipamentos para o Serviço de Estomatologia do Centro Clínico bem como diversos equipamentos para o Hospital (Detetor plano digital de RX, Ressetoscópio e Gerador Verapoint, Ventilador com Humidificador);
- E no âmbito do “Equipamento administrativo” o SADI (Sistema automático de deteção de incêndio) para a Sede do Sindicato e um gerador de emergência para o Centro Clínico para além de mobiliário e equipamentos informáticos para diversos serviços.

Nas diminuições de 2022, salienta-se a alienação do Edifício clínico em Setúbal, que havia sido adquirido em 1989.

6. ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

		2023		
		Saldo Inicial	Abates	Saldo Final
Ativo Bruto				
Projetos de desenvolvimento		4 357 567	-	4 357 567
		4 357 567	-	4 357 567
Amortizações				
Projetos de desenvolvimento		4 357 567	-	4 357 567
		4 357 567	-	4 357 567
		-	-	-
		2022		
		Saldo Inicial	Abates	Saldo Final
Ativo Bruto				
Projetos de desenvolvimento		4 360 557	(2 990)	4 357 567
		4 360 557	(2 990)	4 357 567
Amortizações				
Projetos de desenvolvimento		4 360 557	(2 990)	4 357 567
		4 360 557	(2 990)	4 357 567
		-	-	-

7. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

As verbas entregues ao Fundo de Compensação do Trabalho, encontram-se registadas na rubrica de “Participações financeiras”, tendo sido efetuados nos exercícios de 2023 e 2022, os seguintes movimentos:

	Saldo em 31-12-2021	Dotações	Saldo em 31-12-2022	Reversões	Saldo em 31-12-2023
Fundo Compensação Trabalho	152 105	14 371	166 476	(5 459)	161 017
	152 105	14 371	166 476	(5 459)	161 017

Salienta-se que com a Lei n.º 13/2023, de 3 de abril, esta obrigação ficou suspensa a partir de abril de 2023 (Nota 3 d)).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

8. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Inventários” apresenta a seguinte composição:

	2023	2022
Produtos farmacêuticos	1 129 203	1 174 509
SAMS Optical - Lojas de ótica	263 486	340 939
SAMS Pharma - Loja de parafarmácia	150 322	135 293
Armazéns Centrais e pisos - materiais de uso clínico e diversos	2 492 112	2 739 154
	<u>4 035 123</u>	<u>4 389 895</u>

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhado conforme se segue:

	2023	2022
Existência Inicial	4 389 895	4 913 389
Compras	15 950 660	15 869 613
Regularizações	130 985	91 812
Existência Final	<u>4 035 123</u>	<u>4 389 895</u>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	<u>16 174 448</u>	<u>16 301 295</u>

9. BENEFICIÁRIOS E OUTROS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2023		
	Dívida	Imparidade (Nota 13)	Total
<u>Não corrente</u>			
Beneficiários	911 383	(215 506)	695 878
Beneficiários de Cobrança Duvidosa	1 650 692	(1 650 692)	-
Atualização da dívida de Creben (Nota 3 i))	(60 117)	-	(60 117)
	<u>2 501 958</u>	<u>(1 866 198)</u>	<u>635 760</u>
<u>Corrente</u>			
Beneficiários	5 444 042	(949 928)	4 494 114
Sócios e outros	569 938,10	-	569 938
Sócios e outros de cobrança duvidosa	1 865	(324)	1 541
Utentes	956 892	(752 280)	204 612
Utentes de Cobrança Duvidosa	1 362 429	(1 362 429)	-
Organismos	6 517 954	(1 789 107)	4 728 847
Organismos de Cobrança Duvidosa	387	(387)	-
Diversos	40 598	-	40 598
	<u>14 894 104</u>	<u>(4 854 454)</u>	<u>10 039 650</u>
	<u>17 396 062</u>	<u>(6 720 653)</u>	<u>10 675 410</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	2022		
	Dívida	Imparidade (Nota 13)	Total
<u>Não corrente</u>			
Beneficiários	1 078 552	(989 968)	88 584
Beneficiários de Cobrança Duvidosa	1 633 001	(1 633 001)	-
<i>Atualização da dívida de Creben (Nota 3 i)</i>	<u>(28 978)</u>	<u>-</u>	<u>(28 978)</u>
	2 682 575	(2 622 969)	59 605
<u>Corrente</u>			
Beneficiários	5 235 972	-	5 235 972
Sócios e outros	475 428	-	475 428
Sócios e outros de cobrança duvidosa	91 513	(89 972)	1 541
Utentes	1 328 974	(672 302)	656 672
Utentes de Cobrança Duvidosa	1 475 424	(1 475 424)	-
Organismos	8 288 320	(3 885 830)	4 402 490
Organismos de Cobrança Duvidosa	387	(387)	-
Diversos	<u>(391 519)</u>	<u>-</u>	<u>(391 519)</u>
	<u>16 504 499</u>	<u>(6 123 914)</u>	<u>10 380 585</u>
	<u>19 187 074</u>	<u>(8 746 884)</u>	<u>10 440 190</u>

10. IMPOSTOS

Na rubrica de “Provisões – Processos fiscais em curso” inclui-se o processo de Imposto sobre o Valor Acrescentado (“IVA”) relativo ao exercício de 2002 do qual resultaram, na sequência de inspeção fiscal realizada em anos anteriores, liquidações adicionais no montante aproximado de 2.000.000 Euros.

Em 25 de fevereiro de 2009, o MAIS Sindicato foi notificado pela Administração Tributária do deferimento parcial deste processo, na parte contestada de 590.647 Euros e inerentes juros compensatórios, por ter ocorrido o prazo de caducidade na data de liquidação adicional do imposto.

Em 1 de outubro de 2013, foi o MAIS Sindicato notificado da Sentença proferida, em 27 de setembro de 2013, nos termos da qual é julgada parcialmente procedente (em cerca de 80%) a impugnação judicial deduzida respeitante ao ano de 2002 – IVA correções aritméticas. O MAIS Sindicato recorreu desta decisão na parte considerada improcedente. Tendo sido notificado da interposição de recurso pela Fazenda Pública, o MAIS Sindicato aguarda decisão.

A rubrica de “Provisões – Processos fiscais em curso” inclui igualmente o processo de impugnação judicial de Imposto Municipal sobre Imóveis IMI e juros compensatórios, no valor de 110.110 Euros, sobre o qual foi prestada garantia no valor de 91.271 Euros (Nota 27). Em 2023, foi proferida sentença pelo Supremo Tribunal Administrativo na sequência da qual foi efetuado o pagamento do IMI em dívida, tendo sido revertida a provisão que se encontrava constituída para este processo no valor de 110.111 Euros.

Adicionalmente, refere-se o processo de Imposto sobre o Valor Acrescentado respeitante aos exercícios 2000 e 2001, no qual foi efetuada, por parte da Autoridade Tributária, compensação de valores, no montante de 266.308 Euros (valor que nas contas do MAIS Sindicato ainda se encontra como “IVA Reembolsos Pedidos”), tendo o valor remanescente deste processo sido liquidado no âmbito do Regime Especial de Regularização de Dívidas (RERD - Decreto-Lei n.º 151 – A/2013, de 31 de outubro) (Nota 15). O processo encontra-se impugnado judicialmente a aguardar decisão.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No âmbito do RERD foi liquidada, no exercício de 2013, a quantia de 2.248.123 Euros correspondente a processos impugnados judicialmente, a saber: IVA 2000/2001, IVA/2002 - métodos indiretos e os de IRC respeitantes aos exercícios de 2003 a 2006. Na sequência do seu pagamento, as garantias correspondentes a estes processos foram canceladas, por instrução da Autoridade Tributária. Importa referir que em 2020 o Sindicato recebeu do Estado o reembolso do IRC relativo a 2003, que havia sido pago no final de 2013, no valor de 401.094 Euros, bem como juros no valor total de 108.850 Euros, sendo que em 2021 foram recebidos 134.446 Euros relativos a juros indemnizatórios que se encontram registados como “Restituição de Impostos” (Nota 23) e em 2022 foram recebidos 164.918 Euros correspondentes a “Restituição de Gastos com Garantias” (Nota 23).

Assim, para fazer face às contingências fiscais, nos exercícios de 2023 e 2022, mantiveram-se as seguintes Provisões para Processos Fiscais, cujo montante se detalha por ano e natureza de imposto (Nota 13):

Processo Fiscal		Saldos em	(+) Reforço / (-) Reversão	Saldos em	(+) Reforço / (-) Reversão	Saldos em
Ano	Natureza	31/12/2021	de Provisão	31/12/2022	de Provisão	31/12/2023
2002	IVA	1 356 333	-	1 356 333	-	1 356 333
2010	IMI	110 112	-	110 112	(110 112)	-
		1 466 445	-	1 466 445	(110 112)	1 356 333
Dívida Estado Outros Entes Públicos (IVA 2000/01)		266 308	-	266 308	-	266 308
		1 732 753	-	1 732 753	(110 112)	1 622 641

Em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado e na sequência de Despacho do Senhor Secretário do Estado dos Assuntos Fiscais em funções em dezembro de 2007, a partir de 1 de janeiro de 2008, aplicou-se à atividade de prestação de serviços de saúde e aos serviços prestados no Lar de Idosos o regime de isenção, mantendo-se sujeita a atividade realizada na Loja de Ótica e na Parafarmácia, na esfera do SAMS, e o aluguer de apartamentos e circuitos turísticos na Atividade Sindical.

Na sequência de notificação da Autoridade Tributária em 2016 e 2017, relativamente aos exercícios de 2012, 2013, 2014 e 2015, foi realizada ação de inspeção no âmbito do Imposto sobre o Valor Acrescentado, tendo sido liquidado o valor de 547.044 Euros, respeitante a deduções indevidas.

O MAIS Sindicato para efeitos da determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) apresenta à Administração Tributária declaração que corresponde à integração das declarações fiscais individuais das atividades desenvolvidas que, para além do SAMS, englobam a USP do MAIS Sindicato.

De acordo com o n.º 4 do art.º 80º do Código do IRC, a taxa de IRC aplicável é de 20,0% havendo que acrescer a Derrama de 1,5% aplicável em Lisboa.

Na sequência da Reforma do Imposto sobre o Rendimento Coletivo (IRC), efetuada pela Lei n.º 2/2014 de 16 de janeiro, especificamente no que respeita ao n.º 7 do artigo 53º do CIRC, tal como ocorrido em relação ao exercício de 2022, também relativamente a 2023 não há lugar a pagamento de imposto dado que o valor das retenções efetuadas pelos bancos é superior ao valor das Tributações Autónomas apuradas.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais do MAIS Sindicato (onde se reflete a atividade do SAMS e da USP do MAIS Sindicato) dos anos de 2019a 2023 ainda poderão vir a ser sujeitas a revisão (a partir de 2020, no que respeita ao IVA).

A Direção do MAIS Sindicato está convicta de que as eventuais revisões daquelas declarações fiscais por parte das autoridades fiscais não terão um efeito materialmente relevante sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

11. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Outros ativos correntes” apresenta a seguinte composição:

	2023		
	Valor Bruto	Imparidade (Nota 13)	Valor Líquido
Ministério da Saúde (ACSS)	11 357 443	(11 357 443)	-
Serviço Regional de Saúde Madeira	1 704 410	(994 000)	710 410
Outras dívidas	130 840	(106 548)	24 292
	<u>13 192 693</u>	<u>(12 457 991)</u>	<u>734 702</u>
Contribuições a receber			
Das Instituições de Crédito	5 561 987	-	5 561 987
De Individuais	267	-	267
Quotizações a receber			
Das Instituições de Crédito	347 337	-	347 337
De Individuais	0	-	0
	<u>5 909 591</u>	<u>-</u>	<u>5 909 591</u>
Pessoal			
Adiantamento Pessoal	102 570	-	102 570
Outros	302 727	-	302 727
	<u>405 297</u>	<u>-</u>	<u>405 297</u>
Devedores Fundo Auxílio Económico	110 713	(19 819)	90 895
Devedores Fundo Auxílio Económico - Despesas Escolares	158 463	-	158 463
INETESE	63 966	(63 966)	-
Outros devedores	13 754	-	13 754
Acréscimo de Rendimentos	926 267	-	926 267
	<u>20 780 744</u>	<u>(12 541 776)</u>	<u>8 238 969</u>
	2022		
	Valor Bruto	Imparidade (Nota 13)	Valor Líquido
Ministério da Saúde (ACSS)	11 357 443	(11 357 443)	-
Serviço Regional de Saúde Madeira	1 728 291	-	1 728 291
Outras dívidas	203 093	(100 000)	103 093
	<u>13 288 827</u>	<u>(11 457 443)</u>	<u>1 831 384</u>
Contribuições a receber			
Das Instituições de Crédito	5 179 879	-	5 179 879
De Individuais	267	-	267
Quotizações a receber			
Das Instituições de Crédito	296 851	-	296 851
De Individuais	-	-	-
	<u>5 476 997</u>	<u>-</u>	<u>5 476 997</u>
Pessoal			
Adiantamento Pessoal	-	-	-
Outros	706 508	-	706 508
	<u>706 508</u>	<u>-</u>	<u>706 508</u>
Devedores Fundo Auxílio Económico	109 019	(24 905)	84 114
Devedores Fundo Auxílio Económico - Despesas Escolares	158 463	-	158 463
INETESE	70 514	(70 514)	-
UGT	10 899	-	10 899
Outros devedores	36 801	-	36 801
Acréscimo de Rendimentos	927 052	-	927 052
	<u>20 785 080</u>	<u>(11 552 862)</u>	<u>9 232 218</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica Ministério da Saúde (ACSS) respeita ao montante a receber do Ministério da Saúde no âmbito do protocolo que vigorou até 31.12.2008, estando pendentes 11.357.443 Euros respeitantes ao diferencial entre os valores debitados e os recebidos da ACSS, desde 2007, inclusive. Esta dívida encontra-se integralmente ajustada de forma a cobrir integralmente o risco de eventual não recebimento das divergências descritas anteriormente.

Com efeitos à data de 1 de março de 2010, foi denunciado, por iniciativa do Governo Regional da Madeira, o Protocolo celebrado em 2006 entre o Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma da Madeira (SRSM) e o SAMS. Posteriormente, em novembro de 2014, foram liquidados os débitos respeitantes a 2007 e ao 2.º semestre de 2008, no montante global de 1.682.520 Euros, deduzidos dos valores em dívida pelo SAMS no montante de 1.062.851 Euros. Em 31.12.2022 e 31.12.2021, o saldo em dívida é de 1.728.291 Euros. Em 31.12.2023 foi constituída imparidade no valor de 994.000 Euros, ficando registado o valor líquido de 734.289 Euros.

Durante o exercício económico de 2023, no âmbito do Fundo de Auxílio Económico criado para apoio às despesas escolares, foram disponibilizados 203 apoios (163 em 2022), no montante global de 205.547 Euros (196.589 Euros em 2022). O valor do apoio e o período de restituição, depende do nível de escolaridade a que se destina e poderá ser no máximo 1.200 Euros e 12 meses, respetivamente. Em 31 de dezembro de 2023, encontrava-se em dívida o valor correspondente a 162.013 Euros (158.463 Euros em 2022).

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, encontrava-se em dívida o montante de 63.966 Euros e 70.514, respetivamente, no âmbito do Protocolo de Colaboração celebrado com o INETESE (Nota 28 e)). O INETESE se encontra em processo especial de revitalização.

Na rubrica de “Acréscimos de rendimentos” encontram-se reconhecidos os rendimentos, no montante de 926.267 Euros (927.052 em 2022) provenientes, essencialmente, da atividade clínica realizada no exercício de 2023, mas cuja faturação ocorrerá no exercício de 2024 e juros a receber de depósitos a prazo, que se irão vencer igualmente no exercício seguinte.

12. FUNDOS PATRIMONIAIS

De acordo com o Regulamento de Gestão do SAMS, o saldo de cada exercício terá a aplicação que for decidida pelos órgãos próprios do Sindicato (Nota 3 f)).

	2023	2022
Do regime geral	8 128 970	11 150 939
Do regime especial	-	-
Fundo Sindical	12 739 247	12 511 566
Fundo Greve e Solidariedade	8 764 177	8 081 133
Fundo de Auxílio Económico	300 000	300 000
Fundo da Lutuosa	279 327	279 327
	<u>30 211 721</u>	<u>32 322 965</u>
Resultados Transitados	2 408 806	1 042 719
Resultados Transitados - SNC	<u>(3 200 601)</u>	<u>(3 200 601)</u>
	<u>(791 794)</u>	<u>(2 157 882)</u>
	<u>29 419 927</u>	<u>30 165 083</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

13. IMPARIDADES E PROVISÕES

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de imparidades e provisões:

	Saldos em 31-12-2022	Reforços	Reversões	Utilizações	Dotações	Saldos em 31-12-2023
Imparidade de dívidas de beneficiários, associados e outros (Nota 9):						
Dívidas de Beneficiários e sócios	2 622 969	195 525	(2 368)	-	-	2 816 126
Dívidas de Utentes	2 147 726	-	(33 017)	-	-	2 114 709
Dívidas de Organismos	3 886 217	-	(2 096 723)	-	-	1 789 494
Dívidas de associados contencioso	324	-	-	-	-	324
Outras dívidas de terceiros	89 647	-	(89 647)	-	-	-
	8 746 884	195 525	(2 221 756)	-	-	6 720 653
Imparidade de dívidas a receber de terceiros (Nota 11):						
Ministério da Saúde (ACSS)	11 357 443	-	-	-	-	11 357 443
SESARAM	-	994 000	-	-	-	994 000
Outras Dívidas	195 419	-	(5 086)	-	-	190 333
	11 552 862	994 000	(5 086)	-	-	12 541 776
	20 299 746	1 189 525	(2 226 843)	-	-	19 262 428
Provisões						
Pensões de Reforma (Nota 3 j))	14 335 985	565 792	-	(691 519)	-	14 210 258
Processos Fiscais em Curso (Nota 10)	1 732 753	-	(110 112)	-	-	1 622 641
Manutenção de Benefícios SAMS (Nota 28 j))	12 649 516	-	-	-	573 377	13 222 893
Complementaridade	184 378	-	(34 496)	-	-	149 882
Outros Riscos e Encargos	1 733 237	5 248	(995 931)	-	-	742 554
	30 635 869	571 040	(1 140 539)	(691 519)	573 377	29 948 228
Total de Imparidades e Provisões	50 935 615	1 760 565	(3 367 381)	(691 519)	573 377	49 210 657

	Saldos em 31-12-2021	Reforços	Reversões	Utilizações	Dotações	Saldos em 31-12-2022
Imparidade de dívidas de beneficiários, associados e outros (Nota 9):						
Dívidas de Beneficiários e sócios	2 656 194	-	(33 224)	-	-	2 622 970
Dívidas de Utentes	2 093 956	53 770	-	-	-	2 147 726
Dívidas de Organismos	7 755 910	-	(3 869 693)	-	-	3 886 217
Dívidas de associados contencioso	324	-	-	-	-	324
Outras dívidas de terceiros	89 647	-	-	-	-	89 647
	12 596 031	53 770	(3 902 917)	-	-	8 746 884
Imparidade de dívidas a receber de terceiros (Nota 11):						
Ministério da Saúde (ACSS)	11 357 443	-	-	-	-	11 357 443
Outras Dívidas	195 419	-	-	-	-	195 419
	11 552 862	-	-	-	-	11 552 862
	24 148 894	53 770	(3 902 917)	-	-	20 299 746
Provisões						
Pensões de Reforma (Nota 3 j))	18 218 841	-	(3 155 592)	(727 264)	-	14 335 985
Processos Fiscais em Curso (Nota 10)	1 732 753	-	-	-	-	1 732 753
Manutenção de Benefícios SAMS (Nota 28 j))	12 351 414	-	-	(161 924)	460 026	12 649 516
Complementaridade	214 729	-	(30 352)	-	-	184 378
Outros Riscos e Encargos	1 890 061	51 755	(208 580)	-	-	1 733 237
	34 407 799	51 755	(3 394 523)	(889 188)	460 026	30 635 868
Total de Imparidades e Provisões	58 556 693	105 525	(7 297 440)	(889 188)	460 026	50 935 615

a) Imparidades

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, na rubrica “Imparidade de dívidas de beneficiários e sócios” foi registado um reforço de 195.525 Euros e uma reversão de 2.368 Euros quando em 2022 havia sido registada uma reversão de 33.224 Euros, como resultado da aplicação do critério da antiguidade da dívida.

Em 2023 houve uma reversão na “Imparidade de dívidas de organismos” no valor de 2.096.723 Euros (no exercício de 2022, tinha sido registado uma reversão de 3.869.693 Euros), sendo a maior parte do valor desta reversão devido a regularizações de saldos e a emissão de notas de crédito encontrando-se os registos incluídos na rubrica “Outros gastos” (Nota 24).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

b) Pensões de reforma

Para fazer face à responsabilidade de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complemento de pensões de reforma assumidas pela Segurança Social, o MAIS Sindicato tem uma provisão para “Pensões de reforma”. As responsabilidades associadas a esta provisão têm por base um estudo atuarial (Nota 3), elaborado por atuários independentes e devidamente credenciados para o efeito. No final dos trabalhos é formalmente entregue um Relatório Atuarial.

A 31 de dezembro de 2023 a provisão para “Pensões de reforma” ascendia a 14.210.258 Euros (14.335.985 Euros em 2022). Este valor final, resulta em termos líquidos de uma reversão de provisão no valor de 565.792 Euros e de uma utilização da imparidade no montante de 691.519 Euros (Nota 13). A oscilação da taxa de desconto subjacente ao Relatório Atuarial, justifica a reversão da provisão. Em 2023 a taxa de desconto utilizada foi de 3,47% (4,00% em 2022).

Estes estudos utilizaram os seguintes pressupostos e bases técnicas atuariais:

Pressupostos Avaliação	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de desconto	3,47%	4,00%
Tábua de mortalidade	Masculina: TV 88/90 (-1 ano) Feminina: TV 99/01 (-2 anos)	Masculina: TV 88/90 (-1 ano) Feminina: TV 99/01 (-2 anos)
Tábua de invalidez	EVK80	EVK80
Idade Normal de Reforma por velhice (IRN)	65 anos (admissões até 31.12.2008) 67* anos (restante população e RGSS)	65 anos (admissões até 31.12.2008) 67* anos (restante população e RGSS)
Número de pagamentos de pensões por ano	14 pagamentos	14 pagamentos
Taxa de crescimento das pensões	0,5%	0,5%
Taxa de crescimento dos salários	0,75%	0,75%
Taxa anual de revalorização salários S.S.		
nº 1 do Artigo 27º	0,45%	0,45%
nº 2 do Artigo 27º	0,55%	0,55%
Serv. Assist. Médico-Social (custo anual <i>per capita</i> após a reforma)	897,91 €	893,45 €
Percentagem de casados	80%	80%
Diferença etária entre cônjuges	3 (homem mais velho)	3 (homem mais velho)
Reversibilidade	40%	40%
Idade limite para o pagamento de pensões temporárias (benefício de orfandade)	24 anos	24 anos

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o montante da responsabilidade associada aos planos de benefícios pós emprego definidos evoluiu da seguinte forma:

2023		Respons. Serv. Passados	Ativos de Cobertura	Ganhos e Perdas atuariais	Provisão líquida
	1 de Janeiro	14 335 985	0	0	14 335 985
Custo dos serviços correntes		101 676			101 676
Custo dos juros		549 806			549 806
	Custo líquido do exercício				651 482
Contribuições da empresa					
Benefícios pagos		-691 519			-691 519
OCI: Ganhos e Perdas atuariais - Alt. Pressupostos Financeiros		664 366			664 366
OCI: Ganhos e Perdas atuariais - Alt. Pressupostos Demográficos		0			0
OCI: Ganhos e Perdas atuariais - Experiência		-750 056			-750 056
	31 de Dezembro	14 210 258	0	0	14 210 258

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2022		Respons. Serv. Passados	Ativos de Cobertura	Ganhos e Perdas atuariais	Provisão líquida
	1 de Janeiro	18 218 841	0	0	18 218 841
Custo dos serviços correntes		176 462			176 462
Custo dos juros		175 882			175 882
	Custo líquido do exercício				352 344
Contribuições da empresa					
Benefícios pagos		-727 264			-727 264
OCI: Ganhos e Perdas atuariais - Alt. Pressupostos Financeiros		-5 072 745			-5 072 745
OCI: Ganhos e Perdas atuariais - Alt. Pressupostos Demográficos		2 201 885			2 201 885
OCI: Ganhos e Perdas atuariais - Experiência		-637 076			-637 076
	31 de Dezembro	14 335 985	0	0	14 335 985

c) Processos fiscais em curso

Em 31 de dezembro de 2023, a provisão para contingências fiscais relativa a processos fiscais em curso (Nota 10) apresenta o saldo de 1.622.641 Euros (1.732.753 Euros em 2022)

d) Protocolos manutenção benefícios SAMS

No exercício de 2023, no âmbito dos Protocolos celebrado entre o MAIS Sindicato e o Banco Comercial Português, o Novo Banco, a Oitante o Banco do Brasil, o Montepio, a Parvalorem e o Banco Santander a provisão de “Manutenção de benefícios SAMS” foi dotada no montante de 573.378 Euros (460.026 Euros em 2022) e sofreu uma utilização (correspondente aos valores recebidos relativamente a Beneficiários excluídos do Plano de Benefícios) de 0 Euros (161.925 Euros em 2022) registada por contrapartida da rubrica “Vendas e serviços prestados”. O saldo desta provisão em 31 de dezembro de 2023 e 2022 ascendia a 13.222.894 Euros e 12.649.516 Euros, respetivamente (Nota 28 j).

e) Complementaridade

No exercício de 2023, na medida em que a Convenção celebrada com a ADSE manteve o recurso ao regime da complementaridade obrigatória aos âmbitos de assistência médica não cobertos pela referida Convenção, a provisão para Complementaridade continuou a existir tendo sido reduzida em 34.496 (30.352 Euros em 2022), apurando-se o saldo a 31 de dezembro de 2023 de 149.882 Euros (184.377 Euros, em 2022). Esta provisão tem por objetivo fazer face aos custos decorrentes de pedidos de participação de beneficiários que utilizam simultaneamente outros sistemas de saúde.

14. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Fornecedores” apresenta a seguinte composição:

	2023	2022
Fornecedores correntes	5 781 449	5 787 621
Faturas em conferência	66 030	113 125
	5 847 479	5 900 747

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

15. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo da rubrica “Estado e outros entes públicos” apresenta a seguinte composição:

	2023	2022
Saldos devedores		
IRC - Retenções na Fonte	30 546	7 318
IRC - Tributações Autónomas	(35)	(31)
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado	277 392	285 237
	<u>307 903</u>	<u>292 525</u>
Saldos credores		
Segurança Social	688 538	655 083
IRS - Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	364 489	381 504
IRC - Retenções na Fonte	2 111	2 069
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado	87 851	103 249
	<u>1 142 990</u>	<u>1 141 905</u>

Em 31 de dezembro de 2023, foi efetuada estimativa de IRC, contudo, na sequência da Reforma do Imposto sobre o Rendimento Coletivo (IRC), efetuada pela Lei n.º 2/2014 de 16 de janeiro, nomeadamente no que respeita ao n.º 7 do artigo 53º do CIRC, em 2022 e 2021 não houve lugar a pagamento de imposto para além do relativo a tributações autónomas.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos devedores, incluem o montante de 266.308 Euros, de valores indevidamente compensados, por iniciativa da Autoridade Tributária, no processo de IVA 2000/2001. Decorrente da incerteza quanto à sua recuperabilidade foi constituída provisão na sua totalidade (Notas 10 e 13).

16. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
Locações Financeiras		
Leasing de Equipamento	806 717	1 336 709
	<u>806 717</u>	<u>1 336 709</u>
Mensalidades a CP (< 1 ano)	471 550	544 183
Mensalidades a MLP	335 167	792 526
	<u>806 717</u>	<u>1 336 709</u>

O saldo da rubrica “Locações Financeiras” refere-se a valores em dívida ao Crédito Especializado Santander Totta, no âmbito de contratos de locação financeira celebrados com estas entidades. Do montante total em dívida em 31 de dezembro de 2023, 335.167 Euros (792.526Euros, em 2022) respeita a prestações de capital que se vencem a mais de um ano.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

17. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a rubrica “Outros passivos correntes” apresenta a seguinte composição:

	2023	2022
Entidades públicas	-	34 882
Entidades privadas	2 916 961	2 776 184
Farmácias	760 795	914 107
	<u>3 677 756</u>	<u>3 725 173</u>
Acréscimo de Gastos		
Remunerações a liquidar	5 488 738	5 199 577
Trabalhos clínicos especializados e fornecimentos clínicos (Nota 21)	1 916 745	1 760 451
Advancecare (Nota 20 e Nota 28 a))	2 680 465	2 157 544
Médicos (Nota 20)	1 829 051	2 187 703
Honorários clínicos (Nota 21)	324 415	256 356
Associação Nacional das Farmácias (Nota 20 e Nota 28 b))	181 195	131 878
Outros	855 800	638 643
	<u>13 276 409</u>	<u>12 332 152</u>
Fornecedores de Investimento	142 242	413 247
Lutuosa	379 650	336 911
Outros	409 462	308 914
	<u>17 885 520</u>	<u>17 116 398</u>

A rubrica “Outros passivos correntes” engloba o seguinte:

- A 31 de Dezembro de 2023, os “Acréscimos de gastos” incluem o montante de 5.488.738 Euros (5.199.577Euros em 2022) respeitante ao reconhecimento da responsabilidade com férias e subsídio de férias dos seus trabalhadores;
- O montante de 1.916.745Euros (1.760.451 Euros em 2022) respeitantes a serviços prestados pelos médicos do Hospital e Centro Clínico e outros fornecimentos e serviços clínicos externos.
- O montante de 2.680.465, Euros correspondente aos serviços prestados em 2023 (2.157.544Euros, em 2022) pela Rede de Prestadores Convencionados da Advancecare que ainda não foram apresentados ao SAMS, no contexto do Contrato de Prestação de Serviços celebrado (Nota 28 a));
- O montante de 1.829.051 Euros (2.187.703 Euros, em 2022) correspondente aos serviços prestados em 2023 pela Rede de Prestadores Convencionados da Médicos que ainda não foram apresentados ao SAMS.
- O montante de 181.195 Euros correspondente às faturas do mês de dezembro de 2023 da Associação Nacional de Farmácias (131.878 Euros, em 2022, respeitante ao mês de dezembro), no âmbito do protocolo estabelecido (Nota 28 b));
- O montante de 324.415 Euros (256.356 Euros em 2022) essencialmente de honorários clínicos a pagar.
- O montante de 855.800 Euros (638.643 Euros em 2022) inclui participações diretas cujo prazo de entrega para efeitos de participação é de 90 dias, no montante de 780.949 Euros (500.000 Euros em 2022) (Nota 20).
- O montante de 409.462 Euros (308.914 Euros em 2022) corresponde essencialmente a participações relativas a novembro e dezembro de 2023 cujo pagamento ocorreu em janeiro de 2024.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

18. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica “Diferimentos” ativa apresenta o saldo de 453.058 Euros (470 818 Euros em 2022) respeitante à utilização de software e outros serviços da Microsoft relativos a anos subsequentes.

19. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, rubrica “Vendas e serviços prestados” apresenta a seguinte composição:

	2023	2022
Contribuições		
Instituições de Crédito	68 461 914	65 104 250
Bancários - Regime Geral	16 925 004	15 446 617
Bancários - Regime Especial	3 760 152	3 560 751
	<u>89 147 070</u>	<u>84 111 618</u>
Quotizações	5 776 136	5 613 597
Outras	351	-
	<u>5 776 487</u>	<u>5 613 597</u>
Subtotal	<u>94 923 558</u>	<u>89 725 214</u>
Vendas de Mercadorias		
Beneficiários Regime Geral	2 696 150	2 830 019
Beneficiários Regime de Complementaridade	335 730	309 843
Outros Utentes	1 385 009	1 424 978
Subtotal	<u>4 416 889</u>	<u>4 564 840</u>
Prestação de serviços clínicos		
Beneficiários Regime Geral	20 785 174	18 139 732
Beneficiários Regime de Complementaridade	1 795 145	1 637 845
Outros Utentes	15 602 518	14 942 382
	<u>38 182 837</u>	<u>34 719 959</u>
Prestação de serviços de lazer		
Organização de circuitos turísticos	73 785	171 610
Exploração hoteleira e similar	270 199	255 367
Campismo e caravanismo	1 796 051	1 547 488
	<u>2 140 035</u>	<u>1 974 465</u>
Outras Prestações de Serviços	36 332	4 173
Atualização da Dívida de Creben (Nota 3 i))	(31 139)	-
	<u>5 193</u>	<u>4 173</u>
Subtotal	<u>40 328 064</u>	<u>36 698 597</u>
Total	<u>139 668 510</u>	<u>130 988 652</u>

A rubrica “Contribuições”, no exercício de 2023, tal como no de 2022, engloba as receitas provenientes do IRCT, para as Instituições de Crédito aderentes (Nota 3 k)).

A rubrica de “Prestação de serviços clínicos” inclui os rendimentos provenientes da prestação de serviços de saúde e inclui a Convenção celebrada com a ADSE (Nota 28 i)).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

20. GASTOS COM COMPARTICIPAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a rubrica “Gastos com participações” apresenta o seguinte detalhe:

	2023	2022
Comparticipações do regime geral		
- Exames auxiliares de diagnóstico	7 126 499	7 947 967
- Assistência medicamentosa	5 235 739	5 259 901
- Intervenções clínicas	4 623 757	5 299 025
- Consultas médicas	3 593 055	4 015 819
- Tratamentos médicos	3 268 130	4 021 143
- Assistência hospitalar	2 422 486	2 642 698
- Material diverso em internamento	1 117 805	867 434
- Próteses oculares	1 115 785	1 165 277
- Assistência medicamentosa - estabelecimentos privados	1 078 300	1 681 822
- Próteses dentárias	684 883	691 310
- Outras	5 992 646	809 144
	<u>36 259 085</u>	<u>34 401 539</u>
Comparticipações do regime especial		
- Assistência de idosos/inválidos em lares	314 684	367 819
- Subsídio materno-infantil	90 120	82 760
- Termalismo	79 711	72 262
- Assistência descendentes com mais de 24 anos	67 511	110 969
- Assistência a deficientes	32 642	34 706
- Outros	199 713	177 692
	<u>784 381</u>	<u>846 208</u>
Complementaridade	<u>1 786 030</u>	<u>1 609 143</u>
	<u><u>38 829 495</u></u>	<u><u>36 856 890</u></u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a rubrica de “Gastos com participações” inclui o montante de 5.488.483 Euros (5.079.770 Euros, em 2022) de acréscimos de gastos (Nota 17).

A rubrica de “Gastos com participações” inclui 14.787.085 Euros e 14.681.728 Euros em 2023 e 2022, respetivamente, relativamente ao contrato celebrado com a Advancecare (Nota 28 a)).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
Subcontratos:		
Serviços de limpeza	1 937 682	1 790 944
Manutenção de instalações e equipamento	1 741 460	1 672 048
Oncologia (Nota 28 f))	1 629 516	796 491
Análises laboratoriais (Nota 28 h))	1 581 067	1 978 438
Próteses dentárias	1 540 328	1 425 627
Hemodiálise (Nota 28 c))	1 328 523	1 347 708
Subcontratos informaticos	1 130 166	1 125 172
Serviços de restauração	1 047 601	943 660
Esterilização (Nota 28 g))	781 530	864 489
Gestão de atendimento	651 926	596 339
Serviços de segurança	563 141	601 176
Próteses auditivas	548 996	703 394
Serviços de lavandaria	317 246	277 584
Subcontratos lazer	192 537	283 886
Tratamento residuos hospitalares	160 921	175 203
Transporte de doentes	35 817	31 764
Outros	27 564	27 357
	15 216 021	14 641 278
Trabalhos especializados clínicos	12 266 571	11 464 484
Honorários clínicos	2 990 110	2 445 193
Conservação e reparação	1 221 800	1 479 312
Gestão entidades conv. AdvanceCare (Nota 28 a))	1 158 709	1 171 811
Trabalhos especializados informáticos	987 992	1 007 701
Trabalhos especializados outros	949 016	778 367
Eletricidade	877 638	2 167 317
Rendas e alugueres	670 351	495 186
Comunicação	501 741	415 772
Outros fluídos	500 982	776 241
Gestão entidades conv. Médis	366 627	366 594
Honorários outros	330 729	458 774
Deslocações, estadas e transporte	323 926	250 269
Água	309 719	250 963
Seguros	199 597	211 999
Trabalhos especializados tipográficos	197 263	171 962
Materiais	138 402	131 064
Contencioso	128 239	166 508
Combustíveis	104 860	128 072
Limpeza, higiene e conforto	94 727	113 846
Publicidade e propaganda	42 164	44 893
Outros	374 102	268 156
	24 735 371	24 766 388
Despesas com órgãos sociais	99 048	64 610
	40 050 441	39 472 276

Nas rubricas de “Subcontratos” e de “Trabalhos especializados” de natureza clínica são registados as despesas com tratamentos clínicos especializados, bem como com as entidades prestadoras de serviços médicos, incluindo o montante de 1.916.745 Euros de acréscimo de gastos (1.760 451 Euros em 2022) (Nota 17).

A rubrica de “Honorários Clínicos” inclui acréscimo de gastos no montante de 324.415 Euros (256.356 Euros em 2022) de custos com serviços médicos prestados por profissionais de saúde subcontratados (Nota 17).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os honorários do Revisor Oficial de Contas, em 2023, ascendem a 42.000 Euros (39.500 em 2022) (acrescido de IVA à taxa legal).

Nos “Subcontratos de lazer” incluem-se a contratualização de viagens e apartamentos para disponibilização aos sócios do MAIS Sindicato (Nota 19).

Na rubrica “Rendas e alugueres” encontram-se incluídos os seguintes valores relativos a contratos de aluguer operacional, em 2023 e 2022:

	2023		2022	
	Valor da renda anual	Rendas vincendas inferiores a 5 anos	Valor da renda anual	Rendas vincendas inferiores a 5 anos
Viaturas	38 300	91 920	167 125	167 125
Equipamento informático	54 613	218 451	27 778	27 778
Fotocopiadores / Impressoras	46 710	101 348	49 459	85 092

22. GASTOS COM O PESSOAL

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais e ao pessoal nos exercícios de 2023 e 2022 foram os seguintes:

	2023	2022
Remunerações:		
- Pessoal médico	6 919 818	6 996 216
- Pessoal paramédico e enfermeiro	10 128 856	9 369 452
- Pessoal administrativo e auxiliar	13 794 515	12 711 803
- Órgãos sociais	374 767	382 845
	<u>31 217 956</u>	<u>29 460 316</u>
Encargos com remunerações	8 143 353	7 921 672
Indemnizações	1 082 563	1 870 776
Outros gastos com o pessoal	727 820	714 395
	<u>41 171 692</u>	<u>39 967 158</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o MAIS Sindicato manteve ao seu serviço, 1.321 e 1.368 empregados, respetivamente. A distribuição dos empregados por categoria profissional era a seguinte:

	2023				2022			
	AS	SAMS	USP	Sindicato	AS	SAMS	USP	Sindicato
Médicos	-	204	1	205	-	222	1	223
Auxiliares	32	492	11	535	34	500	12	546
Enfermeiros	-	234	1	235	-	240	1	241
Técnicos Diag. e Terap.	-	128	-	128	-	133	-	133
Administrativos	32	76	85	193	34	82	85	201
Assistentes Clínicos	-	20	-	20	-	19	-	19
Farmacêuticos	-	5	-	5	-	5	-	5
	<u>64</u>	<u>1 159</u>	<u>98</u>	<u>1 321</u>	<u>68</u>	<u>1 201</u>	<u>99</u>	<u>1 368</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

23. OUTROS RENDIMENTOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Outros rendimentos” tem a seguinte composição:

	2023	2022
Complementaridade	1 052 528	955 647
Restituição de impostos e de gastos com garantias	977 537	164 918
Rendimentos suplementares	542 266	570 401
Correções de exercícios anteriores	307 695	920
Ganhos em inventários	80 117	84 199
Descontos pronto pagamento	55 534	55 759
Reembolso Viagens	33 061	15 715
Cobertura encargos administrativos	11 389	14 260
Aluguer de equipamento	7 750	6 700
Cursos de formação, arte e outros	20 419	17 156
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	29 195	133 971
Práticas desportivas e atividades afins	27 931	15 839
Febase	-	566
Outros	93 794	83 721
	<u>3 239 216</u>	<u>2 119 772</u>

A rubrica “Restituição de Impostos e gastos com garantias” inclui, em 2022, o montante de 164.918 Euros a gastos com garantias bancárias reembolsados pela Autoridade Tributária nesse mesmo ano no âmbito do Processo 757/07.8 BELRS Lisboa. Em 2023, o valor de 977 536,63 Euros, corresponde ao total de valores de IVA liquidados em 2022 e juros indemnizatórios reembolsado pela Autoridade Tributária (Nota 10).

24. OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a rubrica “Outros gastos” apresenta a seguinte composição:

	2023	2022
Quotizações	480 717	479 203
Perdas em inventário	211 102	176 011
Impostos	202 520	138 076
Correções de exercícios anteriores	2 740 878	3 249 544
Perdas em investimentos não financeiros	11 636	3 351
Ofertas	6 164	3 465
Dividas incobráveis	66 291	6 713
Outros	184 777	7 260
	<u>3 904 084</u>	<u>4 063 623</u>

A rubrica “Correções de exercícios anteriores” integra notas de crédito emitidas, tal como referido na Nota 13.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

25. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica “Juros e outros rendimentos similares” apresenta a seguinte composição:

	2023	2022
Juros obtidos	375 509	33 692
Atualização da dívida de Creben	-	4 641
Outros	2 440	3 031
	<u>377 949</u>	<u>41 364</u>

O acréscimo registado em juros obtidos encontra-se associado à evolução ascendente das taxas de juro nacionais.

26. GASTOS DE FINANCIAMENTO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Gastos de Financiamento” apresenta a seguinte composição:

	2023	2022
Serviços bancários	137 166	115 496
Juros suportados	27 071	28 213
Outros	474	1 380
	<u>164 711</u>	<u>145 088</u>

O aumento das despesas registadas na rubrica de “Serviços bancários” decorre essencialmente dos custos com as operações bancárias e das garantias bancárias prestadas.

Na rubrica “Juros suportados” encontram-se consideradas as despesas dos contratos ativos de locação financeira de leasing (Nota 16).

27. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2023, o MAIS Sindicato tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, as quais decorrem da atividade do SAMS (Nota 11), como a seguir se detalha:

Entidade	Entidade Beneficiária	Descrição	Montante
Banco Santander Totta	Tribunal do Trabalho	Processo de Tribunal do Trabalho	58 953
Banco Santander Totta	Tribunal do Trabalho	Processo de Tribunal do Trabalho	6 466
			<u>65 420</u>

28. PRINCIPAIS PROTOCOLOS E CONTRATOS

a) Contrato de Prestação de Serviços com a Advancecare

Em 30 de dezembro de 2009, foi celebrado Contrato de Prestação de Serviços entre o SAMS e a Advancecare – Gestão de serviços de Saúde, SA (Advancecare), com início de vigência em 29 de janeiro de 2010 e término a 31 de dezembro de 2012. O efetivo início de funcionamento ocorreu em 01.03.2010, conforme amplamente divulgado. Em 31 de dezembro de 2012 foi celebrado novo Contrato de Prestação de Serviços, com início de vigência em 1 de janeiro de 2013 e termino em 31 de dezembro de 2015. O contrato assinado em 31.12.2015 foi celebrado para o período de 01.01.2016 a 31.12.2018, renovável automaticamente por períodos de um ano, sendo que em 13.07.2016 foi assinado aditamento onde foram previstos novos serviços e foi acordado entre as partes que o período de duração do contrato passaria a ser de 4 anos (de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2019, data em que se renovou automaticamente pelo período de 1 ano).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No âmbito do referido Contrato, a Advancecare compromete-se a gerir por conta e em nome do SAMS as despesas de saúde emergentes do Plano de Benefícios e a Rede de Prestadores Convencionados da Advancecare.

Por conseguinte, os beneficiários do SAMS e seu agregado familiar, passam a ter a possibilidade de acesso à Rede de Prestadores Convencionados da Advancecare cuja cobertura em termos geográficos assume uma dimensão nacional (incluindo Ilhas) e a usufruir de um diferenciado Plano de Benefícios.

Em 18 de fevereiro de 2020 foi celebrado um segundo aditamento, incluindo-se no contrato de prestação de serviços a gestão pela Advancecare das despesas em regime livre (comparticipações externas) e prolongando-se o contrato até 31 de dezembro de 2022 (data a partir da qual se renovará anualmente).

Como contrapartida dos serviços prestados, o SAMS liquidou à Advancecare uma comissão (ou *fee*) de gestão mensal determinada em função de um número previsível de utilizações a que acresce uma parte variável que poderá ser objeto de acerto anual.

O Contrato de Prestação de Serviços, define o valor anual per capita do fee de gestão, tendo como indexantes de carga o número de atos e o de utilizadores e efeitos retroativos.

Durante o exercício de 2023, os principais movimentos ocorridos no âmbito deste Contrato foram os seguintes:

- O registo em participações do valor 14.787.085 Euros correspondente aos serviços prestados pela Rede de Prestadores Convencionados (Nota 20), no ano de 2023, e no qual está considerado o acréscimo de custos de 2.680.465 Euros pelos serviços ainda não faturados (Nota 17);
- O pagamento de 14.777.732 Euros à Advancecare pelos serviços prestados pela Rede de Prestadores Convencionados;
- A liquidação do valor de 1.158.709 Euros (incluindo IVA à taxa legal) de fee de gestão (Nota 21);

Durante o exercício de 2022, os principais movimentos ocorridos no âmbito deste Contrato foram os seguintes:

- O registo em participações do valor 14.681.728 Euros correspondente aos serviços prestados pela Rede de Prestadores Convencionados (Nota 20), no ano de 2022, e no qual está considerado o acréscimo de custos de 2.157.544 Euros pelos serviços ainda não faturados (Nota 17);
- O pagamento de 14.622.834 Euros à Advancecare pelos serviços prestados pela Rede de Prestadores Convencionados;
- A liquidação do valor de 1.171.811 Euros (incluindo IVA à taxa legal) de fee de gestão (Nota 21).

b) Acordos com a Associação Nacional das Farmácias e Associação de Farmácias de Portugal

Em 2004 foram celebrados acordos entre o SAMS e a Associação Nacional das Farmácias (ANF) e a Associação de Farmácias de Portugal (AFP), com o objetivo de assegurar o fornecimento de especialidades farmacêuticas aos beneficiários do SAMS por parte das farmácias associadas na ANF e na AFP, em condições semelhantes ao sistema de participação em vigor para o SNS. Todos os meses a ANF e a AFP faturam o SAMS, relativamente às transações efetuadas nas farmácias no mês anterior, e enviam um detalhe com todas as faturas recebidas das farmácias.

Desde 1 de janeiro de 2009, com o término do Protocolo com o Ministério da Saúde, que o fornecimento medicamentoso aos beneficiários do Sindicato / SAMS passou a ser faturado em regime de complementaridade face aos valores participados e em vigor no SNS.

c) Contrato de cessão de exploração da unidade de diálise

Em março de 2004, o Sindicato celebrou um contrato de cessão de exploração com a NMC – Centro Médico Nacional S.A, atualmente denominada de Nephrocare Portugal S.A., ao abrigo do qual o SAMS cede à referida empresa a exploração da unidade de diálise, a funcionar no seu hospital. O contrato foi celebrado pelo prazo de 5 (cinco anos), retroagindo os seus efeitos a 2 de janeiro de 2004.

Nos termos do contrato, incluem-se no âmbito da exploração cedida à NMC:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- A prestação, a beneficiários do SAMS e a outros utentes, de todos os tratamentos de hemodiálise de baixo fluxo e hemodiálise-filtração, na unidade de diálise do SAMS;
- A prestação, mediante solicitação expressa do SAMS, de tratamentos de hemodiálise a doentes internados na unidade hospitalar do SAMS que, ocasionalmente, deles possam necessitar;
- A gestão administrativa, do pessoal e financeira da referida unidade; e
- O financiamento, instalação, manutenção e substituição dos equipamentos na unidade de diálise, sempre que tal seja necessário ou tecnicamente recomendável.

Este contrato foi denunciado, com efeitos a 31 de dezembro de 2013, mas atendendo à necessidade de manutenção dos tratamentos de hemodiálise aos pacientes, no âmbito da convenção com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, o SAMS e a Nephrocare acordaram na prorrogação do Contrato e consequentemente na data de produção de efeitos da denuncia por um período não inferior 30 de abril de 2014. Em 17 de agosto de 2016 foi celebrado o terceiro aditamento ao contrato de cessão de exploração.

Neste domínio, em 12 de julho de 2017 foi assinado o quarto aditamento ao mesmo contrato de cessão de exploração, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2017, onde foram acordados ajustamentos aos preços compreensivos praticados pelo Ministério da Saúde.

Durante os exercícios de 2023 e 2022, os custos com este contrato foram registados na rubrica “Subcontratos – hemodiálise” e ascendem a 1.328.523 Euros e 1.347.708 Euros, respetivamente (Nota 21).

d) Protocolo com o Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma da Madeira

Com efeitos à data de 1 de março de 2010, foi denunciado, por iniciativa do Governo Regional da Madeira, o Protocolo celebrado em 2006 entre o Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma da Madeira (SRSM) e o SAMS.

Em novembro de 2014, o SRSM liquidou a verba de 619.669 Euros. Esta verba corresponde aos valores debitados pelo SAMS em 2007 e 2.º semestre de 2008, no total de 1.682.520 Euros, deduzida do valor a liquidar pelo SAMS. Em 31 de dezembro de 2014, a dívida do SRSM ascendia a 1.728.291 Euros. Em 2023, aplicando o princípio da prudência, o Mais Sindicato reconheceu em perdas por imparidade o valor de 994.000€ (Nota 11).

e) Contrato de Prestação de Serviços Técnicos de Radioterapia

No final do ano de 2013, foi celebrado Contrato de Prestação de Serviços entre o Sindicato e a Mercurius Health, S.A., com início de vigência em 16 de dezembro de 2013 e término a 31 de dezembro de 2017. Pela assinatura de adenda a 21 de dezembro de 2018, o referido contrato foi prorrogado pelo período de um ano a partir de 01 de janeiro de 2019.

No âmbito do referido contrato a Mercurius Health compromete-se a prestar serviços técnicos de radioterapia na Unidade de Radioterapia do SAMS, localizada no Centro Clínico, em contrapartida, o SAMS liquidarão os serviços prestados de acordo com os preços acordados.

A Unidade Radioterapia devidamente equipada e licenciada é propriedade do SAMS, sendo os recursos humanos especializados e necessários à realização dos tratamentos técnicos de radioterapia disponibilizados pela Mercurius Health.

Durante os exercícios de 2023 e 2022, as despesas deste contrato foram registadas na rubrica de “Subcontratos – oncologia” e ascendem a 1.629.516 Euros e 796.490 Euros, respetivamente (Nota 21).

f) Contrato de Fornecimento de Serviços de Reprocessamento de Dispositivos Médicos

Em 30 de dezembro de 2013, foi celebrado Contrato para o Fornecimento de Serviços de Reprocessamento de Dispositivos Médicos com CENES – Centro de Reprocessamento de dispositivos Médicos, Lda., pelo período de 10 anos.. Este contrato tem por objeto o fornecimento de serviços de esterilização completa e integral de dispositivos médicos em regime de aquisição de serviços.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Durante os exercícios de 2023 e 2022, as despesas deste contrato foram registadas na rubrica de “Subcontratos – esterilização” e ascendem a 781.530 Euros e 864.489 Euros, respetivamente (Nota 21).

g) Contrato de Prestação de Serviços da Patologia Clínica

Com vigência a partir de 1 de janeiro de 2014 e duração de 3 anos, foi assinado Contrato de Prestação de Serviços com o Centro de Medicina Laboratorial Germano de Sousa, S.A. para a realização de análises de patologia clínica. Em 31 de dezembro de 2018, na sequência de procedimento concursal foi assinado novo contrato com o Centro de Medicina Laboratorial Germano de Sousa, S.A. que vigorou entre 01 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2021.

Durante os exercícios de 2023 e 2022, as despesas deste contrato foram registadas na rubrica de “Subcontratos – análises laboratoriais” e ascendem a 1.581.067 Euros e 1.978.438 Euros, respetivamente, respetivamente (Nota 21).

h) Convenção com a Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE)

com o objetivo de serem prestados pelo SAMS serviços de saúde aos beneficiários da ADSE.

Decorrente desta Convenção foi estabelecido o seguinte:

- Os serviços de saúde, nas nomenclaturas e tabelas de preços autorizadas, abrangidos pela presente Convenção, quer em regime de ambulatório, quer de internamento, são prestados nas instalações do Hospital do SAMS.
- A faturação emitida pelo SAMS tem periodicidade mensal e será liquidada pela ADSE, após conferência, no prazo de 120 dias a contar da data de entrada na ADSE.

No exercício de 2023, salientam-se as seguintes ocorrências:

- A faturação emitida pelo SAMS ascendeu a 4.788.323 Euros;
- A ADSE liquidou um valor correspondente a 4.961.974 Euros;
- O valor em dívida em 31 de dezembro ascende a 1.135.002 Euros;

No exercício de 2022, salientam-se as seguintes ocorrências:

- A faturação emitida pelo SAMS ascendeu a 4.867.631 Euros;
- A ADSE liquidou um valor correspondente a 4.580.280 Euros;
- O valor em dívida em 31 de dezembro ascende a 1.308.653 Euros.

i) Protocolo de Manutenção de Beneficiários do SAMS

Desde finais de 2014 com vigência a partir de 2015, foram celebrados Protocolos entre o Sindicato e várias Instituições Bancárias nos quais são definidas regras de manutenção vitalícia ou a termo como beneficiários do SAMS trabalhadores elegíveis que acordem a rescisão por mútuo acordo do contrato de trabalho.

Neste âmbito, foi constituída provisão denominada de “Manutenção de benefícios SAMS” correspondente ao valor recebido pelo SAMS para a cobertura dos benefícios futuros de saúde dos trabalhadores e do seu agregado familiar, de acordo com as regras definidas nos normativos regulamentares do SAMS.

Durante o exercício de 2023 e 2022, os valores provisionados por instituição bancária os seguintes (Nota 13):

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	31.12.2021	Reversões	Dotação	31.12.2022	Reversões	Dotação	31.12.2023
BCP	3 737 860	-	-	3 737 860	-	-	3 737 860
Novo Banco	2 102 994	(60 485)	110 892	2 153 401	-	276 132	2 429 533
Oitante	2 454 194	(52 182)	-	2 402 012	-	95 994	2 498 006
BNP Paribas	53 187	-	-	53 187	-	-	53 187
Banco Brasil	2 159	(2 159)	-	0	-	-	0
Montepio	359 427	(47 098)	42 042	354 371	-	201 252	555 623
Parvalorem	332 908	-	91 477	424 385	-	-	424 385
Santander	3 308 685	-	215 615	3 524 300	-	-	3 524 300
	<u>12 351 415</u>	<u>(161 924)</u>	<u>460 025</u>	<u>12 649 516</u>	<u>-</u>	<u>573 378</u>	<u>13 222 894</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Direção em 13 de maio de 2024.

Lisboa, 13 de maio de 2024

A DIREÇÃO

António José Real da Fonseca – Presidente

João Gonçalo Barros Ferreira – Vice-Presidente

Cristina Maria Damião Jesus – Secretária

Cristina Alexandra Pereira Trony – Tesoureira e Secretária Adjunta

Humberto Miguel Lopes da Cruz de Jesus Cabral

Daniel José Matos

Pedro Miguel Correia Pereira Soares – Tesoureiro Adjunto

Mário Rui Peixoto dos Reis Costa

Mónica Patrícia Resende Gomes

Tânia Maltez Ribeiro

Luís Carlos Furtado Brito Roque

Contabilista Certificada (N.º 57518)

Ana Maria Fragueiro Navarro

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE FUNDOS

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE FUNDOS DO EXERCÍCIO DE 2023

De harmonia com os Estatutos do MAIS Sindicato e o Regulamento do SAMS, a Direção do propõe que o saldo do exercício de 2023, no montante positivo de 1.488.596,40 Euros, seja aplicado da seguinte forma:

- (AS) Fundo Sindical (10%)	129.009,92 Euros
- (AS) Fundo de Greve e de Solidariedade (30%)	387.029,76Euros
- (AS) Resultados Transitados	774.059,52 Euros
- (SAMS) Reserva do Regime Geral	-,00 Euros
- (SAMS) Reserva do Regime Especial	198 462,24Euros
- (SAMS) Resultados Transitados	-,00 Euros
	<u>1.488.561,44Euros</u>

Lisboa, 13 de maio de 2024

A DIREÇÃO

António José Real da Fonseca – Presidente

João Gonçalo Barros Ferreira – Vice-Presidente

Cristina Maria Damião Jesus – Secretária

Cristina Alexandra Pereira Trony – Tesoureira e Secretária Adjunta

Humberto Miguel Lopes da Cruz de Jesus Cabral

Daniel José Matos

Pedro Miguel Correia Pereira Soares – Tesoureiro Adjunto

Mário Rui Peixoto dos Reis Costa

Mónica Patrícia Resende Gomes

Tânia Maltez Ribeiro

Luís Carlos Furtado Brito Roque